

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JULIANA DO NASCIMENTO SILVA

“Escrevivências de uma Psicologia Preta”



Fonte: disponível na internet.

Orientadora: Luiza Oliveira
Coorientadora: Ana Paula Lopes

NITERÓI/RJ
2021

JULIANA DO NASCIMENTO SILVA

Escrevivências de uma Psicologia Preta

Data da Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Luiza Rodrigues de Oliveira (orientadora-UFF)

Prof. Dr^a Ana Paula Lopes dos Santos (co-orientadora-UFF)

Prof. Dr^a Maria de Fátima Lima Santos (UFRJ)

Prof. Dr^a Ana Claudia Lima Monteiro (UFF)

Juliana do Nascimento Silva

Escrevivências de uma Psicologia Preta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: **Prof.^a Dra. Luiza Rodrigues de Oliveira**

Co-orientadora: Prof. Dr^a Ana Paula Lopes dos Santos

**NITERÓI/RJ
2021**

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista aos meus pais, Maria Aparecida e José, que sempre me deram apoio e acreditaram nas minhas escolhas de vida.

À minha mãe por embarcar em todas as jornadas ao meu lado, pela paciência por me ouvir passar horas falando sobre o que me enfeitiça, por se preocupar e cuidar para que eu tivesse as condições necessárias para aproveitar ao máximo as oportunidades que me surgiram. Reconheço os seus sacrifícios e sou muito grata!

Ao meu pai (in memoriam) que sempre incentivou as mais loucas tentativas de encontrar um caminho que potencializasse a minha vida, por me fazer acreditar que eu poderia ser o que quisesse, e que deveria respeitar o meu próprio tempo, me responsabilizando e cuidando de mim, do outro, do meu caminho e das “coisas”

AGRADECIMENTOS

À Deus. A minha compreensão de Deus. Ao meu Sagrado, que é o que me sustenta em dias morosos, que me dá esperanças em meio às minhas inquietações, que me faz olhar as pessoas e à vida com mais apreço.

Aos meus ancestrais, àqueles que lutaram e abriram os caminhos que hoje percorro!
Aos meus pais, por todo amor, dedicação e esforço que tiveram. Meus amores eternos!

Ao meu irmão, André Luiz, pelo qual e com o qual, aprendo que o viver é muito mais que os moldes que nos ensinam.

Agradeço aos meus familiares que torceram e me apoiaram neste caminho.

À minha orientadora Luiza Oliveira, por caminhar comigo nesse processo de construção! Gratidão!

À minha co-orientadora Ana Paula Lopes pelo acolhimento, cuidado e parceria ofertado ao longo desses muitos anos. Me sinto agraciada por todas essas partilhas!

Agradeço a minha Banca examinadora e suplência por aceitar o convite, disponibilizar o seu tempo, escuta e tornar esse momento tão enriquecedor!

Agradeço também ao professor Abrahão Santos por arar a terra que pudemos florescer! Muito obrigada!!

A querida Shayene Balbino, cuja parceria me abriu portas para a construção de um outro olhar sobre mim e o outro.

As pessoas queridas que encontrei nesse percurso acadêmico, e que o tornaram mais palatável e vivificante.

À Thiane Teixeira, por doar o seu tempo e amparo. Levarei comigo toda troca e estima que me foi dispensado.

Agradeço a Patrícia Muniz, por acolher as minhas sofrências e loucuras. Sua amizade é poesia na minha vida!

À Mayara Barreto, pelo cuidado e carinho com que participou desse processo, mas também dos meus movimentos na vida. Me sinto privilegiada por tê-la!

Ao Stallone Abrantes, por se mostrar disposto e aberto a compartilhar seus conhecimentos, a trocar afetos e a nutrir a minha vida! Um xêro!

Meus agradecimentos ao Thiago Barcelos, por todo apoio e afago e torcida ao longo desses anos!!! Eu te admiro!

Agradeço à Gabriella Araújo, que tem sido fonte de afeição e inspiração. Sua amizade não apenas fortaleceu os meus passos, mas me concedeu momentos de aconchego e alento. (R)existimos!!!!

Meus agradecimentos à querida Àurea Cardoso que com uma conversa trouxe o fio que foi possível tear esse trabalho. Sou incrivelmente grata!

À Mariana Àquino pelo carinho ofertado nesses anos de construção do movimento de Psicologia Preta e indígena e nos abraços pelos corredores!

Aos meus muitos amigos que me inspiram na vida, mas em especial nesse caminho: a Winnie Calvosa, Jefferson Nascimento, Lucas Adeniran, Thalita Lopes, Priscila Alves, Nilson Oliveira, Danielle Menezes, Rolf Malungo, Jessica Nepomuceno, Pedro Ramos. Tem um pouco de vocês em cada letra aqui presente e não encontro palavras que traduzam o quanto me sinto grata e favorecida por todas as trocas.

À todas as parcerias e envolvidos na construção da Semana de Psicologia Preta e Indígena que compartilharam seus conhecimentos, trocaram afetos e fomentaram a possibilidade de construir um outro saber psi e sobre o mundo.

Minha gratidão a todos os trabalhadores da Universidade, que fizeram esse movimento ser possível. Destaco a Solange e o Gabriel da coordenação da pós, não seria possível finalizar esse processo sem eles!

E novamente, meus mais sinceros agradecimentos a todos que compartilham um pouco de si e enchem a minha vida de amor e luz. Vocês me fortalecem!!

RESUMO

As ações afirmativas trouxeram modificações importantes no cenário das universidades brasileiras, o que propiciou que a questão racial ganhasse corpo nas discussões dentro da academia e evidenciasse os aspectos do racismo institucional. Desta forma, o presente trabalho visa trazer uma narrativa sobre o processo de inserção dos alunos cotistas no Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói e as efervescências geradas nesse processo, que culminou no favorecimento de uma produção racializada para se pensar o saber Psi e movimentos que questionam e questionaram as relações de poder, partindo do olhar de uma negra mulher, para si e para o seu entorno. Para tal, é construído um diálogo que hora traz aspectos individuais, hora constrói uma narrativa coletiva, onde se desenvolve uma escrita que relata acontecimentos históricos e institucionais importantes, como a aprovação das ações afirmativas na pós graduação em Psicologia, e o surgimento e construção do movimento Semana de Psicologia Preta e Indígena. A metodologia empregada é a escrevivência, conceito nomeado pela negra autora Conceição Evaristo, que trata sobre um registrar, observar e absorver sobre a vida a partir da escrita dos considerados grupos excluídos. Entendemos que o Brasil é um país multirracial, que foi construído em cima de um processo de escravização de corpos considerados inumanos (indígenas e negros) e com o fim da escravização, não criou nenhuma forma real de reparação, perpetuando ao longo dos anos uma posição marginalizada e atravessada por mecanismos de violência, que ganharam nova roupagem no período pós escravização. Neste contexto, as cotas raciais trazem a esperança de um caminhar para um processo de libertação e inclusão socioeconômica cultural. Todavia, esse encontro com uma organização fechada como a academia, que se baseia em conhecimentos etnocêntricos para se pensar os sujeitos e sua organização, causa tensões que evidenciam as relações racistas, mas provocam furos e rachaduras nesse Sistema.

Palavras-chave: racismo, violência, psicologia preta, escrevivência, epistemicídio.

ABSTRACT

Affirmative actions have brought important modifications to the Brazilian universities' scene, which has increased the debate on the racial issue in the academy, highlighting institutional racism. Thus, this thesis aims to show the narrative of the process of insertion of the quota students in the Institute of Psychology of the Universidade Federal Fluminense (UFF) in Niterói city, and the effervescence generated in this process; which has favored the racial production toward thinking the Psychological knowledge and the movements that question the power relations, from the viewpoint of a black woman. For this purpose, it is established a dialogue that at times shows individual aspects, and at times builds a collective narrative, that develops an essay that reports the historical and important happenings, such as the approval of the affirmative actions in the Post-Graduation in Psychology, and the emergence of the movement "Semana de Psicologia Preta e Indígena" [The week of the black and indigenous Psychology]. The methodology used is the "escrevivência" [write-living], a concept named by a black author called Conceição Evaristo, which is about the group of the considered excluded people from society registering, observing, and absorbing life. Brazil is considered to be a multiracial country that was built above a process of slavery (of Brazilian native people and black people), with the end of this period, it wasn't proposed any kind of reparation, keeping them marginalized and linked in the physical and psychological violence mechanism through the years; this mechanism maintained itself and gained new tools after the slavery period. In this context, the racial quotas bring the hope of a path to a process of liberation and social-economic, and cultural inclusion. However, when it comes from a closed organization - like the Academy, which is based on ethnocentric knowledge to think the subject and its organizations - causes tension that emphasizes the institutional and epistemic racism, yet it provokes gaps and cracks in the System.

Keywords: racism, violence, black psychology, escrevivência, epistemicide.

Lista de Figuras

Figura 1- Imagem retirada da internet.....	1
Figura 2 - Flyer virtual de divulgação da I Semana Paralela de Psicologia Preta Preta.....	51
Figura 3 - Flyer virtual de divulgação do 1º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta e Indígena.....	54
Figura 4 - Flyer virtual de divulgação do 2º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta e Indígena.....	55
Figura 5 - Flyer virtual de divulgação do 3º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta e Indígena.....	56
Figura 6 - Flyer virtual de divulgação do 4º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta e Indígena.....	57
Figura 7 - Flyer virtual de divulgação do 5º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta e Indígena.....	58
Figura 8 - Flyer virtual de divulgação do 1º dia da III Semana de Psicologia Preta e Indígena.....	61
Figura 9 - Flyer virtual de divulgação do 2º dia da III Semana de Psicologia Preta e Indígena.....	62
Figura 10 - Flyer virtual de divulgação do 3º dia da III Semana de Psicologia Preta e Indígena.....	63
Figura 11- Flyer virtual de divulgação do 4º dia da III Semana de Psicologia Preta e Indígena.....	64

Sumário

Introdução: Preta, preta, pretinha: vivências preta na educação.....	12
Capítulo 1: 133 anos de Liberdade, realidade ou ilusão: abolição para quem?.....	19
1.1. A Construção de Brasil	20
1.2 Ações afirmativas: como surgem no Brasil e nas Universidades Públicas.....	27
Capítulo 2: Escrevivências de uma Psicologia Preta.....	32
2.1 Escrevivência: método de observação da vida.....	35
2.2 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes.....	37
2.3 Vislumbres de mudanças.....	43
Capítulo 3: Semana da Psicologia Preta e Indígena: a construção de novos caminhos.....	47
3.1 Nuances do Racismo.....	48
3.2 Quem cede a vez não quer vitória, somos heranças da memória.....	49
3.2.1 I SEMANA PARALELA DE PSICOLOGIA PRETA (2017)	50
3.2.2 II SEMANA PARALELA DE PSICOLOGIA PRETA E INDÍGENA (2018)	52
3.2.3 III SEMANA PARALELA DE PSICOLOGIA PRETA E INDÍGENA (2019)	59
3.3 Um Movimento em movimento.....	65
Capítulo 4: A academia e as dimensões da violência racial... ..	67
4.1 Disputas de Narrativas.....	71
Considerações Finais.....	77
Referências Bibliográficas.....	81

Eu sou uma gota insurgente de sangue no oceano!

E sei que não sou única!

Sinto no corpo as memórias de dores de outros tempos que não são o agora.

Peço agô e proteção!

Olho a imensidão e me sinto dali Sinto

que já atravessei aquelas águas Meus

pés reconhecem a temperatura Minha

boca sente o sal

Minha vó me contara histórias das histórias de sua vó.

Eu lembro como de forma tão alinhavada ela costurava os causos, as lembranças, a vida e aquela colcha de retalhos tão bonita que um dia me daria.

Me sentia como aquela colcha, tecida por muitas histórias, feita de muitas memórias. Sinto-me uma junção de tempo e tecido.

Aqui, em frente ao mar, me lembro também de nossos passeios, e uma certa vez em que ela me disse: “o mar foi uma porta que se abriu sem retorno para muitos de nós, minha filha!”

Ela me disse que fomos sequestrados Me

contou sobre a confraria malunga

E frisou: “Esse é o nosso grande cemitério!”

Durante muito tempo, para mim, pisar nas águas do mar trazia a sensação de muitas vozes, e sentia que era minha missão tirá-las de lá! Lembro quando perguntei à minha mãe o significado do meu nome, **Niara** (do Quênia), aquela que tem grandes propósitos

Tomei para mim que este seria o meu: tirar as vozes do mar! Fazer ecoar em outras águas as memórias dos sons que tinham gosto de mar e sangue.

À vó de minha vó não foi possível ser timoneira! Trago para mim essa missão. Conduzir em reverência a embarcação que a vó de minha vó, e antes dela, não pôde.

Trago a calunga na memória. Invoco nas águas salgadas o meu desejo vivo de liberdade e libertação! (ALVES, 2020)

Introdução: Preta, preta, pretinha: vivências preta na educação.

[...] depois percebi que já sabia ler. Que bom! Senti um grande contentamento interior. Lia os nomes das lojas! “Casa Brasileira, de Armond Goulart”... Percebi que os que sabem ler tem mais possibilidades de compreensão. Se desajustarem-se na vida, poderão reajustar-se. Li: Farmácia modelo”. Fui correndo para a casa. Entrei como os raios solares.

Mamãe assustou-se. Interrogou-me:

- O que é isto? Está ficando louca?

- Oh! Mamãe! Eu já sei ler! Como é bom saber ler. (JESUS, 1986 p. 126)

Ainda me lembro do meu primeiro dia de aula, eu havia acabado de completar sete anos, era a segunda tentativa dos meus pais que eu começasse a frequentar uma escola. A primeira não havia sido tão exitosa, eu tinha apenas três anos, eu chegava e ficava debaixo de uma mangueira. Sozinha. Era a mesma mangueira. Todos os dias. Apesar de ser uma criança muito tagarela, não respondia nem às tias, nem às outras crianças; ninguém conseguia me tirar de perto da mangueira. Eu lembro da mangueira, lembro da minha lancheira. Eu não chorava para entrar, mas ia direto para o meu lugar, sentava e ficava com as minhas coisas, comia o meu lanche. Depois de uma semana, meus pais entenderam que ainda não havia chegado o meu tempo.

Aliás, o tempo sempre foi algo muito relativo na minha casa; exceto, quando os sete anos chegaram. Naquele ano não teve jeito, não teve escolha, não teve pergunta, precisava ir para a escola. Não que me faltassem argumentos para questionar isso, ao longo dos meus vastos sete anos de vida, e com fama de quem havia engolido um rádio, levantava mil e uma questões. Até que minha mãe, no auge da sua sabedoria de mãe preta, apareceu com o melhor argumento possível:

- Criança que não vai para a escola o pai pode ser preso.

Eu já sabia que estar preso significaria estar longe do meu pai. Aí não teve mais conversa, eu tive que me sacrificar. O que não significaria que eu não resistiria. Apesar de ver o meu irmão ir à escola, ir nas festinhas que ocorriam, não me despertava nenhuma vontade em estar naquele espaço e esse contato já me era o suficiente. Previamente a frequentar uma escola, já havia ouvido dos meus pais como fora o processo deles, do quanto para minha mãe foi impossível que não fosse atravessado pelo trabalho, morando na zona rural, ajudando nas tarefas de casa e do campo, frequentando escolas improvisadas em fazendas. Alguns irmãos

seus nem aprenderam a ler. Aos 12 anos ela se mudou para a zona sul do Rio de Janeiro para trabalhar como empregada doméstica, sem a sua família.

Já o meu pai, que havia sido bolsista num colégio grande, particular, tradicional de uma cidade pequena, era juntamente com o irmão as únicas crianças pretas de toda a escola. O que fez ser um processo difícil, com inúmeros episódios racistas e muitos confrontos diretos. Acredito que a relação nesses espaços é sempre de confronto, o que altera é o nível de violência ou se é anunciada. Retornando ao meu pai, ele tinha ótimas notas, mas estava sempre brigando, questionando, tendo que lidar com a hostilidade dos alunos e famílias brancas. Até chegar a um momento que ficou insustentável para ele estar naquele espaço. Sua trajetória foi completamente atravessada pelo racismo, por confrontos diretos desde a infância.

Quando criança conseguia identificar que por ser preto o tratamento era diferente a ele, aos negros. Antes de começar a ir em uma escola eu já sabia, que não era fácil para uma criança preta. E eu sempre soube que era uma criança “preta, preta, pretinha”¹. Sobre o fatídico dia, que marca o meu ingresso acadêmico, narro a cena: lembro de estar indo muito à contragosto, mas muito bem trajada: de uniforme, botinha preta, trancinhas e mochilinha que imitava um bichinho de pelúcia, um elefantinho cor de rosa. Na medida que avistava as outras crianças entrando ia começando a chorar baixinho, mesmo ao lado do meu irmão, que era mais velho e já estudava na mesma escola. Quando cheguei no portão não teve jeito, não aguentei mais, chorei, me agarrei na minha mãe, me agarrei a uma pilastra. As outras crianças entraram e eu continuei ali agarrada. Minha mãe foi embora, as pessoas me ofereciam doces, brinquedos e eu continuava ali, presa como se estivesse colada. Até que fiquei apertada, precisava ir ao banheiro, mas não poderia me render... Em determinado momento a diretora vem e me chama para tomar um chocolate quente. Era a minha deixa. Eu queria muito fazer xixi. Ela me dá a mão e eu vou com ela, tomando o meu chocolate. Tia Rosângela era uma mulher negra, gentil e bem exigente. Nesse dia eu não fui para sala de aula, fui para uma salinha e passei o dia vendo desenho. Uma cena similar aconteceu diariamente durante umas duas semanas. Choro, me agarro a pilastra, tia Rosângela vinha com o chocolate quente, me chamava, estendia suas mãos e eu ia embora com ela. Segurando as mãos dela. Negras mãos. Mãos negras.

¹ Quando eu era criança, entre mil lavagens de roupas para fora, costuras, a minha mãe cantava para mim trechos de letras de músicas que faziam referência a ser negro, ou que tinha a palavra preta, negra. Uma das que eu mais gostava que ela cantasse para mim, comigo, enquanto me rodava, era a Preta Pretinha, do Grupo Novos Baianos, que o refrão repetia: preta, preta, pretinha.

O primeiro ano escolar foi bem movimentado, apesar de não ter frequentado os muros frios de uma instituição no início da minha infância, em casa a minha mãe me ensinava a ler e eu adorava! E eu ia dando os meus passos entre os livros infantis, livros de receitas, de moldes de costura, gibis, e a contar com os grãos de feijão e brinquedos. Eu também fazia as tarefas que o meu irmão trazia como dever de casa e estudava junto para as provas dele. Independente dos passos que dava em casa, ao iniciar na escola isso não foi considerado e eu fui navegando por entre as séries. Em um ano passei por três séries diferentes. Mesmo em uma escola com a perspectiva construtivista² (o que tornava as coisas menos difíceis) não era um lugar que eu quisesse estar. Eu e o meu irmão éramos as únicas crianças pretas da escola, uma escola pequena, particular. Eu era a única criança retinta da escola.

Meu processo escolar durante todo o fundamental foi atravessado pela posição de uma das melhores alunas da sala ou a melhor; notas altas, destaques por eficiência escolar, prêmios, representante de classe, participante de comissões, presidente de grêmio e um total sentimento de não pertencimento. Mesmo junto dos meus colegas mais próximos. Ao começar a estudar numa escola pública comecei a ter contato com outras crianças negras, muitas da mesma favela em que eu morava. Isso mudava o cenário, mas não a estrutura racista. Nunca quis estar ali, mas estava. Eu adorava aprender, queria ser cientista quando pequena, mas não gostava de ter que ser naquele espaço tão endurecido. Eu via outras crianças lidarem com ofensas racistas, não queria passar por aquelas situações. Não permitia que o fizessem, era considerada séria e brava. O racismo não aparecia como um confronto direto; no entanto, estava o tempo todo latente entre aqueles muros.

Ainda me recordo o dia que conheci as obras de Jean-Baptiste Debret³, ilustrando a sociedade escravocrata brasileira. Não me recordo ao certo qual ano escolar era, mas o incômodo que aquela aula me causou e a repulsa por algumas cenas retratadas nas obras desde então me acompanhou. Meu intuito não é questionar a importância dele como pintor ou a relevância histórica, não é disso que se trata. Não se trata dele.

Me lembro bem que tanto no meu livro escolar quanto na lousa estava aquela imagem, uma obra que, posteriormente a esse momento, veria muitas vezes. Tinha um preto homem

2 A perspectiva construtivista tem como principal pensador o educador suíço Jean Piaget, que defendia o processo educativo como um acontecimento que ocorria em diferentes etapas. De acordo com Parrat- Dayan (2010) na perspectiva construtivista a aprendizagem é um método ativo de construção de conhecimentos, que parte do aluno, seus interesses, habilidades e não uma recepção passiva de conteúdos pré organizados pelo professor. Nesta concepção, as interações sociais terão um papel importante na construção do conhecimento.

3 O pintor francês Jean Baptiste-Debret, foi um exponencial ilustrador do Brasil colônia. Integrante da Missão Artística Francesa, chegou ao Brasil em 26 de março de 1816; alcançando reconhecimento diante de D.João VI, foi contratado para fundar no Brasil uma Academia de Belas Artes. Sendo assim, durante quinze anos retratou o que entendia como cotidiano da sociedade brasileira, partindo de um olhar europeu, centrado no homem branco.

nu, preso; quando pequena eu associava que ele estava amarrado como uma trouxinha de carne, esfolado, sendo açoitado por um homem branco, seus olhos pareciam fechados, ele parecia concentrado. Quando mais velha comecei a cogitar que ele talvez já estivesse morto. Então porque ainda os açoites?

O que eu sabia era que ele não parecia chorar. A imagem ao fundo mostrava uma paisagem linda, calma, e outros sujeitos negros, provavelmente escravizados, parecendo alheios àquela cena tão violenta. Pareciam em “paz”. Havia um recado ali...

Voltando à aula, quanto mais o professor falava, mais eu ia me sentindo mal, olhar para aquela imagem me fazia sentir mal. A propósito, acho que todas as vezes que esse era um tema em aula, um mal estar me causava.

Naquele dia, eu escolhi sair dali, pedi para ir ao banheiro. Saí e fui para secretaria, fiquei um tempo conversando com as tias até o sinal do recreio tocar. Não voltei para aquela aula.

No entanto, à noite eu sonhei com o quadro, com a cena no quadro. O preto homem nu, machucado e amarrado igual uma trouxinha de carne, me pedia água. Sua voz era firme, alta, ele não chorava e os seus olhos estavam abertos, bem abertos, olhando para mim. Eu estava parada com um vestido branco, descalça e com uma cambuquinha de barro com água nas minhas mãos e ia ao encontro dele. Em seguida acordei assustada e não esqueci mais desse sonho.

Aquele homem me lembrava homens negros que eu conhecia. Lembrava pessoas que circulavam pela minha vida e isso me assombrou durante um tempo. Eu deveria ter entre 8 e 10 anos de idade.

Toda vez que via a imagem desse quadro, eu lembrava daquele sonho e era como se uma mensagem estivesse sendo reafirmada.

Toda vez.

Ao negro que se atrevia a desobedecer ao branco, o castigo vinha. E forte. E doloroso. Era como se o mundo fosse um lugar “bom” para viver, quando se aprendia a não ver; quando se aprendia a fingir que por não ser você naquele lugar dos açoites, de morte, não era importante. Para “viver bem” era preciso seguir em frente, sem questionar o passado, sem questionar o presente. Assim, se continuaria escravizado, continuaria sofrendo as mazelas da escravização, mas pelo menos estaria “vivo”. E cego. E nu.

Aquele corpo negro torturado na imagem era apenas um pedaço de carne amarrado a um pedaço de madeira caído ao chão. Não havia nomes, não havia contexto. E no fim, eu já

não sabia mais quem estava morto naquela cena.

Logo nos meus primeiros anos escolares, as ciências sociais e o ensino de história já se faziam presente, trazendo narrativas que partiam do olhar do colonizador para descrever os eventos que construíram a minha história, a história dos meus ancestrais, a história do Brasil. Ali já demarcava que escolha de sociedade se queria construir e para quem. E não é para as pessoas pretas e desde pequena eu sabia isso.

Na infância eu adquiri um hábito que carrego comigo, de anotar frases que as pessoas me falam, e meu pai certa vez me disse, que “se você abaixa a cabeça uma vez, abaixa para sempre”. Era preciso ser forte, o mundo não é fácil para pessoas pretas. Quando criança, eu já sabia que a cor da minha pele chegava antes de quem eu era, e que portanto, as coisas nem sempre eram de fato sobre mim, mas sobre o meu povo. Era uma criança que era boa em todas atividades que fazia, que sempre estava no pódio nas competições que me inscrevia. Mas falhar não era opção. Nunca foi. Não dava pra contar que eu teria uma segunda, terceira, quarta chance. E assim eu ia resistindo e existindo naqueles espaços.

“Desde meno' a minha escola É minha favela
Não tem recuperação
Pra quem for reprovado nela
A minha matemática
Soma' só resultado Diminuí aqui já é motivo
Pra ser cobrado.”
(MC TH)

Eu cresci numa família preta, em um bairro bem preto, numa cidade bem preta, São Gonçalo, frequentando espaços como escolas de samba, quilombos. Onde se fazia uma roda de samba, ali estava o meu pai tocando, ensinando, a percussão o movia. Todavia, somente no Ensino Médio, eu encontro outros contornos, eu estava em um outro momento; o que eu experienciava no corpo, ganhava outras formas, formas mais acadêmicas: é quando eu começo a ler grandes nomes, grandes autoras, como Angela Davis, Toni Morrison, Sueli Carneiro, Maya Angelou. E a conhecer os primeiros coletivos negros. A escola ainda era um ambiente hostil, ainda não havia a possibilidade de falhar, mas eu já não era mais uma preta criança.

Apesar de ter tido contato com os contos de fadas, meus pais nunca me ensinaram sobre fada do dente, papai noel, coelhinho da páscoa. Diziam que era importante que eu soubesse que não existiam. Porque as coisas não eram fáceis, e era importante entender que eu não ganharia e não teria muitas coisas, por algo superior a mim. Não porque não estava sendo

boa o bastante, mas porque as coisas não são dadas, para pessoas pretas vai ser mais difícil e “às vezes a gente só faz o que pode, com o que tem”⁴. Mesmo sem o embasamento teórico, o meu pai já trazia essa perspectiva do racismo estrutural desde a minha infância. “Temos que construir unidades familiares fortes, baseadas em amor e lutas. Nós não temos tempo para brincar” (SHAKUR, 2006, p. 58). As histórias que eu ouvia quando criança eram sobre a vida deles, sobre a infância, sobre os meus ancestrais, sobre o pouco que sabiam mediante a um processo de apagamento que viveu a população negra. Me contavam sobre a vida, sobre samba, com muito cuidado e risadas, e músicas, era importante falar sobre as coisas, era importante lembrar, para que as coisas não morressem. A vida lá fora poderia ser dura, mas dentro de casa precisava ser um ponto de descanso. Era preciso respirar. A bisá do meu pai falava sobre ser de uma família real, que foi trazida no processo sangrento de escravização; portanto, eu era uma princesa sem coroa nessas terras. Era uma fé gigantesca que eu me sairia bem, escolhendo o meu próprio caminho e me responsabilizando por ele.

Todavia, estudar era visto como a possibilidade de ter acesso a novos caminhos, menos pesados que os deles. Durante a minha infância e adolescência vi as tentativas que fizeram para retomarem os estudos. E o investimento para que pudéssemos estudar.

Certa vez minha mãe me disse que na história da família dela, uma família preta, eu estava vivendo o melhor momento. Era minha obrigação aproveitar isso. Eu era inteligente demais para não aproveitar isso. Como? Só eu poderia saber.

Mesmo que eu não soubesse para onde ir, eu sabia de onde vinha. E é preciso saber de onde se parte para chegar em algum lugar. Percorro o caminho que foi construído passo a passo, por todos aqueles que vieram antes de mim. Invoco, agradeço e faço reviver em mim os sonhos, ensinamentos e memórias. No meu peito ecoa as muitas vozes que me constituem, os meus olhos veem os caminhos abertos com lágrimas e os meus pés se fortalecem nos meus, para pisar sobre esse chão banhado em sangue. Sangue preto. Sangue dos meus ancestrais. Meu sangue.

Trago viva a perspectiva que as coisas não acabam em mim e que eu preciso deixar algo para aqueles que virão e que isso abarca muito mais que uma ascensão financeira e/ ou social. Entendo um corpo preto como um corpo coletivo e que as minhas conquistas individuais não são de fato importantes, se isso não tiver uma ressonância para além de mim. Me sinto como uma colcha de retalhos, como dito no poema da Thayná Alves (2020) “tecida por muitas histórias, feita de muitas memórias. Sinto-me uma junção de tempo e tecido”, e

4 Uma das frases que a minha mãe repetia com frequência, quando nos ajudava a lidar com as frustrações que a vida trazia.

isso atravessa a minha vida. E atravessa a construção desse trabalho.

Há uma escolha racional e deliberada na constituição de um texto atravessado por afetos, sejam eles animadores, positivos ou duros e carregados de dores; porque tudo isso se faz presente na experiência de existir. E espero que tenha conseguido, nessas linhas, trazer pelo menos um pouco do cheiro, do gosto, do toque, da luz, dos sons, das vibrações que as experiências narradas possuíam. Segundo Ana Claudia Monteiro, "em determinados momentos de nossas vidas, as emoções ocupam um espaço público no qual não é possível fazer distinções a priori sobre sua origem: no corpo, na consciência ou no mundo". (MONTEIRO, 2020, p. 118).

Durante muito tempo, para mim, pisar nas águas do mar trazia a sensação de muitas vozes, e sentia que era minha missão tirá-las de lá!
Lembro quando perguntei à minha mãe o significado do meu nome, **Niara** (do Quênia), aquela que tem grandes propósitos
Tomei para mim que este seria o meu: tirar as vozes do mar! Fazer ecoar em outras águas as memórias dos sons que tinham gosto de mar e sangue.
À vó de minha vó não foi possível ser timoneira! Trago para mim essa missão.
Conduzir em reverência a embarcação que a vó de minha vó, e antes dela, não pôde.
Trago a calunga na memória. Invoco nas águas salgadas o meu desejo vivo de liberdade e libertação! (ALVES, 2020).

Boa leitura!

Capítulo 1: 133 anos de Liberdade, realidade ou ilusão: abolição para quem?

Samba Enredo 1988 - G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira (RJ) 100 Anos de Liberdade, Realidade Ou Ilusão

O negro samba

O negro joga a capoeira

Ele é o rei na verde e rosa da Mangueira

Será que já raiou a liberdade Ou se foi tudo ilusão

Será, oh, será

Que a lei áurea tão sonhada Há tanto tempo assinada Não foi o fim da escravidão

Hoje dentro da realidade Onde está a liberdade Onde está que ninguém viu

Moço

Não se esqueça que o negro também construiu As riquezas do nosso Brasil

Pergunte ao criador

Quem pintou esta aquarela Livre do açoite da senzala Preso na miséria da favela

Sonhei

Sonhei que zumbi dos palmares voltou, ôô A tristeza do negro acabou

Foi uma nova redenção

Senhor, oh, Senhor!

Eis a luta do bem contra o mal (contra o mal)

Que tanto sangue derramou

Contra o preconceito racial

O negro samba

O negro joga a capoeira

Ele é o rei na verde e rosa da Mangueira

1.1. A Construção de Brasil

[...] o homem que nasce escravo, nasce chorando e morre chorando. Quando eles nos expulsaram das fazendas, nós não tínhamos um teto decente, se encostávamos num canto, aquele local tinha dono e os meirinhos nos enxotavam [...]”. (JESUS, 1986, p. 57).

O ano de 1988 marcou o centenário da Lei Áurea, que estabeleceu o fim do comércio de africanos e seus descendentes no Brasil, fruto das manifestações abolicionistas que se faziam presentes nas camadas populares e nas senzalas, onde os escravizados organizavam resistência por meio do trabalho e fugas. Além da pressão exercida pela Inglaterra, que em plena Revolução Industrial estava ávida por ampliar seus negócios, através de trabalhadores livres que pudessem ser consumidores (Projeto Leafro- UEL). Em alusão a esta data, a verde e rosa (G.R.E.S. Mangueira), escola de samba tradicional do Estado do Rio de Janeiro, entrou na avenida com versos proclamados pelo saudoso Jamelão, o samba enredo “100 anos de liberdade, realidade ou Ilusão”. Com versos provocativos, ela fazia um convite à análise da situação do negro na sociedade brasileira, questionando o que seria essa dita liberdade alcançada, e como a construção pós abolição propiciou o surgimento de uma outra forma de escravização da população negra “ livre dos açóites das senzalas. Preso nas mazelas da favela”.

Eu cresci ouvindo esse samba enredo, meu pai que era ritmista apaixonado por carnaval e samba ouvia em casa. Ele tocou nessa apresentação, eu não acompanhei esse processo, porque nessa década eu ainda não havia surgido nesse mundo. Mas ao longo dos anos eu pude acompanhar o quanto esses versos pareciam atemporais. Pensar a situação do negro no Brasil parte de um processo interrogatório, tal como o samba enredo: “ será que já raiou a liberdade ou se foi tudo ilusão ?”, “hoje dentro da realidade, onde está a liberdade, onde está que ninguém viu ?”.

E para tentar encontrar hipóteses para esses questionamentos, que apesar de terem sido realizados há trinta e três anos se apresentam tão atuais, é preciso fazer uma pausa e pensar em como a sociedade brasileira foi se construindo ao longo dos séculos e o lugar social que foi imposto aos africanos sequestrados do Continente Africano e aos nascidos em diáspora. Para tal, vamos fazer uma breve contextualização histórica.

É sabido que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e é o país com o maior contingente de negros fora do Continente Africano. E isso não se deve em maioria a um processo migratório por melhores condições de vida, outras questões individuais ou de grupo; mas sim a um período sangrento de escravização dos corpos negros que durou mais de 300 anos. E que tornou o Brasil o país que mais sequestrou africanos na América.

Mas antes da chegada dos africanos nas terras atualmente intituladas como República Federativa do Brasil, a prática da escravidão já estava arraigada na construção do país, uma construção regada a sangue. Ensinado como “descobrimento” nas escolas, a chegada dos portugueses e sua invasão, altera o funcionamento já existente e organizado pelos povos indígenas que aqui se encontravam. Os europeus não chegam e tentam ocupar uma parte do território extenso que é o país. Eles chegam para destruir. Não há possibilidade de coexistência. É a implementação de uma supremacia branca de dominação, destruição e usurpação. Assim, é iniciado um período de subjugação, mortes e dor que dá início com a escravização dos povos originários.

Sobre tal período, Darcy Ribeiro (1995) disserta:

A branquitude trazia da cárie dental à bexiga, à coqueluche, à tuberculose e o sarampo. Desencadeia-se, ali, desde a primeira hora, uma guerra biológica implacável. De um lado, povos peneirados, nos séculos e milênios, por pestes a que sobreviveram e para as quais desenvolveram resistência. Do outro lado, povos indenes, indefesos, que começavam a morrer aos magotes. Assim é que a civilização se impõe, primeiro, como uma epidemia de pestes mortais. Depois, pela dizimação através de guerras de extermínio e da escravização. Entretanto, esses eram só os passos iniciais de uma escalada do calvário das dores inenarráveis do extermínio genocida etnocida. (RIBEIRO, 1995, p. 47).

Diferentemente do dito na citação acima, não parto de um entendimento que a invasão portuguesa seja o advento da civilização, mas não tem como ignorar que traz um marco nas relações presentes.

Inicia-se saqueando a terra e impondo a escravização indígena; que persiste até ser superada pela africana. Todavia, a política de conquista, catequese e imposição da “civilização europeia” se desenvolve paralelamente ao genocídio dos povos indígenas desde então. Objetificados, considerados culturalmente inferiores, bárbaros. Tendo que conviver com a agressão aos seus territórios, seus sagrados, os povos originários do Brasil continuam sendo violados, apagados e perseguidos ao longo desses 500 anos, um processo longo de dilaceramento. De acordo com Silva (2018) desde a chegada dos europeus, se constituiu um longo processo de devastação físico e cultural, que culminou no extermínio de grupos gigantescos e inúmeras etnias indígenas, tendo o rompimento histórico entre a terra e o indígena, um lugar importantíssimo no extermínio.

Assim, um pareamento instala-se, onde por um lado temos os europeus, brancos e seus descendentes em movimentos de dominação, subjugação e aniquilação dos demais povos, os matáveis. Que aqui no Brasil se constitui nos corpos indígenas e negros.

No período de 1531 a 1851, segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo menos 4 milhões de pretos, entre homens, mulheres e crianças, desembarcaram em terras brasileiras. Entretanto, há relatos que entre 1516 e 1526 os primeiros africanos já estavam chegando ao território nacional, mas que somente a partir de 1531 esse fluxo começou a ser constante (Projeto Leafro-Uel apud FERNANDES, 1971, p.21). Trazidos em condições insalubres e desumanas, os que não morreram na travessia encontraram toda a sorte de dores na condição de escravizados.

No entanto, no Brasil carecemos de dados exatos, o número de negros que desembarcaram pode ser muito maior. Como um dos aspectos do movimento de apagamento do período de escravização, pouco se sabe sobre quem eram os negros sujeitos que chegaram aos portos brasileiros.

“É quase impossível estimar o número de escravos entrados no País. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas, principalmente, consequência da lamentável Circular N° 29 de 13 de maio de 1891, assinada pelo Ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral. As estimativas são, por isso, de credibilidade duvidosa”. (NASCIMENTO, 1978. p. 47).

Retirados do seu território, longe do seu grupo cultural e linguístico, os africanos, na posição de mercadorias, explorados, viveram durante séculos sendo torturados, estuprados e assassinados. Segundo Abdias do Nascimento (1978), as rotas que compunham o tráfico negreiro privilegiava a comercialização de negros sujeitos, era “barato” importar africanos, branco sinhô não precisava se preocupar em cuidar do seu investimento, as “peças” deriam ser repostas com facilidade e a preços acessíveis. O que possibilitava o descarte dos “velhos, doentes, deformados e aleijados”, não necessitava nem ao menos de cuidado com os que nasciam. As situações eram extremamente desfavoráveis à vida. Permanecer vivo nessas condições era um dos maiores atos de resistência.

Os negros que aqui sobreviviam, precisaram construir entre si possibilidades de resistência e cuidados para não sucumbirem nas mais sofríveis e inimagináveis situações. Durante o período de escravização inúmeras revoltas eclodiram, quilombos se levantaram e organizações de resistência e enfrentamento foram criadas, mesmo sendo violentamente combatidas. Até desembocar na chamada Lei Áurea, em 1888, onde a comercialização de

negros não estava mais legalizada em território nacional. Entretanto, essa tão sonhada e conquistada liberdade veio com inúmeras mazelas, como todo o processo dos africanos no Brasil. (Projeto Leafro-UEL).

De acordo com Fernandes (1978), o fim do regime escravocrata também operou o fim de qualquer responsabilização do Governo ou dos antigos senhores. Não houve leis que garantissem a reinserção a outra posição na sociedade, os libertos foram lançados à própria sorte, numa sociedade estruturada em vê-los desumanizados.

Historicamente, todas as condições foram reunidas para que se chegasse a um impasse de assimilação. Na realidade, pensar que o colonizador pudesse ou devesse aceitar de bom grado a assimilação, ou seja, a emancipação do negro, seria escamotear a relação colonial. Admitir que o colonizador empreendesse espontaneamente uma transformação total do seu Estado, isto é, condenasse os privilégios coloniais e os direitos exorbitantes dos colonos e dos industriais, pagasse humanamente a mão-de-obra negra, promovesse jurídica, administrativa e politicamente os negros, industrializasse a colônia etc., seria simplesmente convidar o colonizador a acabar consigo mesmo. Nas condições contemporâneas da colonização, esta é incompatível com a assimilação. Tudo leva a crer que ela foi apenas um mito, pois o caminho da desumanização do negro escolhido pelo colonizador não poderia integrá-lo. Pelo contrário, criou sua desestabilidade cultural, moral e psíquica, deixando-o sem raízes, para melhor dominá-lo e explorá-lo. (MUNANGA, 1988, p.18).

Poucas opções lhes restavam, nas zonas onde se havia a exploração do café em baixa: os libertos mantinham-se no sistema de produção em condições similares a escravidão, ou na condição de desocupados, ou semi-desocupados na economia de subsistência. Nas regiões onde estava em alta a produção cafeeira, os negros anteriormente escravizados, tinham que competir com os trabalhadores brancos e mestiços e com os europeus importados para ocupar, de forma assalariada, os empregos possíveis. Ou seja, qualquer caminho que percorressem os agora livres, continuavam presos às amarras dos mais de 300 anos de escravização. (FERNANDES, 1978).

Em maio de 1888, no mesmo mês onde findou-se a escravidão oficialmente, Nina Rodrigues, médico conhecido da escola Baiana de medicina, publicou um artigo em inúmeros jornais, que trazia que não havia igualdade entre os homens, e a responsabilidade jurídica deveria considerar a questão racial. (SCHWARCZ, 1996).

O fim da escravização dos negros vem atrelado fortemente com o movimento do Estado de branqueamento da população. Os europeus que aqui chegavam encontravam condições e incentivos estatais para se inserirem na estrutura social da recente república, a fim de exterminar os que resistiram ao período desumano de escravização. O estupro das mulheres negras marcava esse processo de embranquecimento.

Entre 1900 e 1940, em meio a processos de industrialização tardia, de imigração

européia, com uma população em maioria mestiça, analfabeta, vão se desenvolvendo os movimentos eugenistas no Brasil. Com o desenvolvimento de teorias racistas que se espelhavam na Concepção de que havia sujeitos que eram geneticamente superiores a outros, os brancos, e que a capacidade humana passava de geração a outra. (STEPAN, 2004). No Brasil, o negro era o que representava o pior, o que atrapalhava o desenvolvimento do país, o que precisava ser eliminado. Tornar o país que era negro e mestiço, em branco, era limpá-lo, era garantir um pleno desenvolvimento. Como não tinham como matá-los diretamente; visto que encontrariam inúmeras resistências, tornar as gerações futuras brancas faria o papel. Numa outra medida, enquanto não desaparecessem, ia se construindo condições que continuassem impulsionando a morte. A estrutura empurrava a todo momento a um caminho de dor.

Assim, os primeiros anos pós escravidão vem atrelado a toda uma série de articulações políticas racistas e genocidas. O início do século XX tem como mobilização as escolas de medicina e o desenvolvimento de instruções para construção da sociedade, nos ramos da escola baiana e do Rio de Janeiro. Se na escola Baiana tinha Nina Rodrigues correlacionando miscigenação racial a loucura “que diagnosticava no cruzamento a falência nacional e a primazia dos médicos sobre os demais profissionais”, na escola do Rio de Janeiro, onde se desenvolvia estudos voltados para as questões sanitárias, os cientistas defendiam uma autoritária e agressiva intervenção social (SCHWARCZ, 1986), principalmente nas camadas mais pobres da sociedade brasileira, onde se encontravam de forma massiva a população recém liberta de negros. E nesse contexto, o que não pertencia à sociedade da época são os negros, os mestiços, os indígenas degenerados, impuros.

De acordo com Sprandrel (2016), quando o código penal vigente foi criado em 1940 e incorporado o Decreto-Lei 2.848 em seu artigo 149, inserido no Título I, “Dos crimes contra a pessoa”, no Capítulo VI, “Crimes contra a liberdade individual”, Seção I, marcava-se um reconhecimento de que a escravização não havia de fato acabado no país.

Pouco mais de cinquenta anos após a abolição da escravatura reconhecia-se a existência de trabalhadores vivendo em situação de sujeição. Essa realidade, ligada à persistência do pensamento escravocrata e patriarcal, pouco mudaria nas décadas seguintes e parece ter se aprofundado (ou se tornado mais visível) nos anos 70 e 80, quando se deu a expansão da fronteira agrícola brasileira para a Amazônia. (SPRANDREL, 2016, p. 46).

Na cartilha produzida pelo Organização Internacional do trabalho (OIT) em parceria com a Organização Não Governamental brasileira Reporter Brasil, entre os anos de 1995 a 2016, 50 mil trabalhadores foram resgatados de situação de escravidão contemporânea: com

jornada exaustiva; trabalho forçado; servidão por dívidas ao empregador, geralmente por gastos com alimentação, aluguel, equipamentos de proteção individual e ferramnetas; submetidas a condições degradantes que violam os direitos humanos. Após a abolição, a escravização se remodelou, se não tem grilhões físicos – pelo menos em teoria - ela produz mecanismos que ferem a dignidade e a liberdade do trabalhador, e ao mesmo tempo o mantém em situação de submissão, em uma situação de profunda exploração. Segundo esses dados 95% dos escravizados eram homens. Ressalto que esses dados são anteriores à extinção do Ministério do Trabalho em 2019, um forte golpe para o enfraquecimento dos direitos trabalhistas e fiscalização das situações que os trabalhadores possam estar sendo expostos.

Apesar desses dados não diferenciarem por raça, podemos com as próprias informações do IBGE, identificar o grupo que apresenta maior vulnerabilidade nas relações de trabalho e renda, que se caracteriza pela população negra (preta e parda).

Em 2018, o grupo de sujeitos negros representava 64,2% dos desempregados no país; 47,3% das pessoas negras ocupavam postos informais de trabalho; tendo 18,4 milhões ocupando posições de subemprego, sendo a média para pessoas brancas 9,1 %, na mesma posição. Pensar esses dados é percorrer também a construção histórica dos mesmos, os caminhos que propiciaram para tal.

O relatório oficial sobre a “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” (2018), que compara as condições de vida entre a população branca e negra, não citando as demais classificações raciais apontadas pelo IBGE (indígena e amarela) apresenta que:

- A renda média de sujeitos brancos e negros apresentava uma disparidade de 73,9%;
- Das pessoas abaixo da linha da pobreza com uma renda inferior a US\$ 5,50/dia, 15,4% eram brancas e 32,9 % preta ou parda;
- Se em cargos gerenciais predomina a presença de pessoas brancas 68,6%, apenas 29,9% são negras. Por outro lado, do percentual de pessoas em ocupações informais 47,3% compõe o grupo de pretos ou pardos e 34,6% brancas;
- Quanto à situação de domicílio, 44,5% da população negra reside sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, sendo 26,5 % dos brancos;
- Dos jovens de 18 a 24 anos, 78,8 % dos brancos se encontram no ensino superior, sendo 55,6% dos jovens pretos e pardos. É relevante salientar que esse

resultado é posterior à Política de Cotas Raciais;

- Entre as pessoas analfabetas de 15 anos ou mais de idade, 9,1% são negros e 3,9 % são brancos;
- Se os corpos negros não se fazem maioria na escola, sua representação vem acentuada na taxa de homicídios, de 98,5% para os jovens negros a 34,0 % dos brancos por 100 mil jovens (2017). Importante destacar que 185,0 % de negros homens jovens morreram assassinadas sendo 63,5 % de brancos;

No último Censo Demográfico 54% da população brasileira se autodeclarou negra, o que corresponde ao grupo de pessoas que se identificam como pretos e pardos. Entretanto, não é uma novidade para os dados públicos esse resultado. O recenseamento realizado em 1890, segundo no país, dois anos após a chamada abolição oficial da escravatura, já demonstrava que a maior parte da população, 47 % correspondia ao grupo de pretos e mestiços, e que nas décadas posteriores se manteve; sendo 44 % brancos e 9 % de caboclos. Entretanto, a população negra é citada como minoria, num país onde corresponde a maior parte da população, tendo Estados como a Bahia, onde representa em uma única cidade, Salvador, 80% dos habitantes. (IBGE, 2018). A perspectiva de minoria com base no exposto, se baseia não em uma perspectiva quantitativa populacional, mas em um reflexo colonizador ainda presente na estruturação da sociedade e na construção das políticas públicas. O racismo é estrutural.

A perspectiva de inferioridade das raças apontando a população negra como inferiorizada, persiste no olhar que se faz para a população e na manutenção desse lugar. Achille Mbembe (2018), na construção do conceito de necropolítica, traz que uma atribuição importante do racismo é permitir o exercício do biopoder, que concede ao Estado o direito de escolher quais vidas devem ser vividas e quais podem ser assassinadas. Na estrutura social no Brasil, esse necropoder estatal se faz presente na organização e manutenção das condições de vida para população negra, e no genocídio praticado pelas forças de segurança pública dos Estados. Composto nas mais diferentes esferas, as marcas do bionecropoder.

Assim, nos contextos brasileiros, o poder necropolítico se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos apartheid urbanos nas grandes e pequenas cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão de grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências e emergências hospitalares, entre tantos outros lugares. (LIMA, 2018, p. 28).

Segundo Carlos Moore (2017), toda essa barbárie proveniente do racismo tem por finalidade que se mantenha estruturado e sustentado um sistema onde os recursos mundiais estejam geridos em termos racionalmente monopolistas. O racismo aparece como uma visão “totalizante coletiva”, onde a população negra, as populações que sofrem com o racismo (inclui-se os indígenas também), fazem parte dos recursos que geram o sistema de dominação, que se alicerça por meio de violência, conquista, aniquilação e dominação dos corpos.

Todos esses dados revelam que racismo esteve e está presente na construção da sociedade brasileira, o que urge a necessidade de se construir pontes sobre esse lamaçal. Assim sendo, se faz necessário pautar e fortificar movimentos e medidas que possam estar indo a esse encontro. Por isso, emerge a interlocução sobre como surgiu o movimento das ações afirmativas e sua importância, no atual contexto.

1.2 Ações afirmativas: como surgem no Brasil e nas Universidades Públicas

Negro
De onde vim não temos nada fácil, nada fácil Se não correms atrás
Se você veio de onde eu vim Viveu o que eu vivi e venceu Você é o melhor no que faz
Somos desacreditados, diminuídos, a minoria, o povinho
Tivemos que nos acostumar a correr o dobro
Pra chegar na metade do caminho (...)

Eu bato no peito, eu sou negro
Eu não sou afrodescendente, eu sou negro Eu não sou pretinho, eu sou negro
E foda-se se não vem mais escrito na certidão
Essa é a verdade, nasci negro, eu vou morrer negro E se até branco quer ser negro
Por que eu deveria ter vergonha da minha cor? Hein?
Os negros entenderam a mensagem [...] (Jhony MC)

Como um projeto bem executado, a construção que se deu ao longo do processo histórico, foi de encontro a impossibilitar o acesso preto a condições de uma existência mais ampla. Como os versos de Johny Mc “Somos desacreditados, diminuídos, a minoria, o povinho. Tivemos que nos acostumar a correr o dobro, pra chegar na metade do caminho”. Desde a chegada do primeiro africano, a estrutura empurra a uma experiência de sobrevivência. Ser negro no Brasil é estar sempre tentando sobreviver as mazelas impostas ao longo dos anos. E reafirmada diariamente. Não somente no período escravagista, mas nos dias atuais. A perseguição, a fome, o genocídio permanece atravessando a realidade dos negros.

Na maior parte das vezes, só é pautado a morte, quando de fato a vida se esvai; porém, considero que o racismo mortifica a cada microviolência. E meu maior medo sempre foi

morrer antes do meu corpo. Porque é uma força gigantesca produzindo uma morte subjetiva. E eu não quero morrer em vida, antes do meu corpo tombar.

Mesmo diante de um cenário mais que desfavorável, a resistência preta também sempre se fez presente. De Quilombo dos Palmares a Revolta dos Malês em 1835; do Cosme 1838-1841, passando pela Criação da organização da Sociedade Progresso da Raça Africana em Lages- SC em 1891; o Centro Literário de Homens de Cor, em 1931 da Frente Negra Brasileira (FNB); Teatro Experimental do Negro (TEN) no Rio de Janeiro, em 1944; o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), em 1972; o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), em 1978, que veio a se tornar o Movimento Negro Unificado (MNU). (DOMINGUES, 2007, p.108-109). Entre outros movimentos. O encontro e junção de negros sempre foi uma possibilidade de resistência e superação das mazelas encontradas.

Ao longo dos anos esse encontro entre os pares possibilitou caminhar em direção a uma experiência de vida em liberdade, de ampliação. De existência. Para além dessas organizações, as histórias individuais dos negros, as trocas entre si, já representam movimentos de resistência e cuidado.

Amauri Mendes Pereira (2018) disserta que:

[...] penso que as Escolas de Samba, assim como a Capoeira, o Candomblé, a Umbanda e outras manifestações culturais e religiosas de matrizes africanas, com raras exceções, mergulharam, faz muito tempo, em complicadas relações com a sociedade capitalista, consumista, individualista, dos nossos tempos. Assim, da mesma forma que –pela multiplicidade de cores e tons ideológicos, de motivações, de interesses, e conexões que estabelecem- não se pode dizer mais que constituem Movimento Negro... em cada uma dessas manifestações jamais deixou de haver Movimento Negro [...]. (MENDES PEREIRA, 2018, p. 40).

Nada do que a população negra nesse país teve acesso foi dado. Muitas foram as lutas dos inúmeros movimentos, encontros de negros. O Brasil é segregado, os lugares são muito bem definidos e a população negra nesse país precisa estar a todo momento lutando arduamente para ter acesso ao básico. E é difícil pensar em quebrar correntes sociais se estamos morrendo aos montes, de forma violenta e prematura. A sobrevivência bate à porta com murros.

17 de maio. Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer.

.... Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão. Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades cortam o afeto do povo pelos políticos. (JESUS, 2014, p. 47).

A desigualdade racial impõe formas severas de falta de acesso; que se expande para várias áreas da vida: como saúde, moradia, trabalho, educação.

Eu sou Favela
“[...] A favela é, um problema social
A favela é, um problema social

É, mas eu sou favela
E posso falar de cadeira

Minha gente é trabalhadeira
E nunca teve assistência social

Sim, mas só vive lá Porque para o pobre Não tem outro jeito Apenas só tem o direito
A um salário de fome E uma vida normal. [...]” (Bezerra da Silva)

Tendo a falta como um projeto de Estado. A desigualdade social no Brasil é marcada pela questão racial.

[...] O menino come muito pão. Eles gostam de pão mole. Mas quando não tem ele come pão duro. Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida de um favelado. Oh São Paulo rainha que ostenta vaidosa a tua coroa de ouro que são os arranha-céus. Que veste viludo e seda e calça meias de algodão que é a favela [...] (JESUS, 2014, p. 47).

E foi justamente os movimentos raciais que tiveram papel importantíssimo para a construção de outras perspectivas para a população negra. Ao longo dos anos, a união de sujeitos negros organizados em prol da libertação, propiciou a construção de pontes e opções de caminhos.

Independentemente da natureza dessas distintas organizações: clubes, associações, grêmios culturais e literários, entre outros; encontramos uma aposta na educação como uma possibilidade de furar a estrutura. Seja propiciando a acesso à educação formal, que nesse contexto chamo de conteúdo escolar, seja na transmissão e compartilhamentos de conteúdos que falem sobre questões que atravessem o corpo negro.

Há na construção de conhecimento, um caminho para a constituição de sujeitos mais preparados para lidar, criar e reivindicar em meio às duras questões sociais/ raciais que lhe são impostas. Encontros, jornais e escolas (processos de alfabetização) fizeram parte de inúmeros projetos. Temos como exemplo de instituições que abarcavam esses pilares, mas não somente, a Frente Negra Brasileira (FNB), que possuía o jornal “A voz da Raça” e o Teatro Experimental do Negro (TEN), com o Jornal Quilombo.

Mesmo décadas após os primeiros movimentos, ainda é preciso lidar com as desigualdades de acesso. Mas se garantir alfabetização apresenta questões consideráveis,

chegar ao ensino superior apresenta ainda mais variáveis. Não há homogeneidade no ensino nas escolas públicas e privadas, e essa discrepância se faz presente também no ensino médio e afeta a possibilidade de ingresso no ensino superior.

Nesse contexto, a Lei das Cotas publicada em 29 de agosto de 2012, que reserva ao grupo de estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas (PPI) e com deficiência (PcD), 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação, em todas as instituições federais de ensino superior, se faz totalmente necessária. A graduação traz consigo uma perspectiva de romper um lugar social já estabelecido, uma possibilidade de ascensão financeira e social, e de ocupar espaços e serviços anteriormente não vistos como plausível

Segundo Joaquim Barbosa Gomes (2001, p. 6-7), os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial *versus* subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; criar as chamadas personalidades emblemáticas, para servirem de exemplo às gerações mais jovens e mostrar a elas que podem investir em educação, porque teriam espaço”. (DOMINGUES, 2005, p. 166).

Antes da promulgação da lei nacional, já existia o exemplo da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que havia introduzido esse sistema desde o vestibular de 2003, e de uma forma mais abrangente. Visto que, além de agregar outras categorias (filhos de policiais, bombeiros e inspetores de segurança mortos ou incapacitados em serviço), considera as questões sociais desse aluno desde o seu ingresso, ofertando uma bolsa permanência durante todo o curso de graduação. O que não somente estimula a possibilidade de acesso, mas a garantia de permanência do estudante durante os longos anos de graduação, em consequência da sua formação profissional.

Portanto, quando foi aprovado em cenário nacional, a Uerj já possuía uma década de resultados importantes, entre os anos de 2003 e 2012, com relação ao número de concluintes: 43% eram cotistas e 22 % não cotistas. Quanto à evasão universitária, era menor entre o grupo de cotistas, sendo de 20% contra 33% entre os não cotistas. (UERJ).

No entanto, ao ser aprovada a lei em cenário nacional, a perspectiva do auxílio financeiro para favorecer a continuação desse aluno cotista no curso de graduação, não foi colocada como uma necessidade. A Universidade Federal Fluminense (UFF), por exemplo, não apresenta nenhum auxílio para os ingressantes por cotas.

A lei das cotas não é uma lei permanente. Em sua promulgação, a revisão já se encontrava pautada para a década seguinte, o que nos coloca num momento político importante; visto que no próximo ano (2022), ela estará sendo rediscutida e poderá, sim, ser extinguida.

Pensar desigualdade social é pensar desigualdade racial. As lacunas sociais no Brasil se firmam desde 1500, separam-se os sujeitos e se determinam condições de vida. A produção de subjetividade de um sujeito negro, não tem como ser a mesmo de um sujeito não atravessado pela marca da cor. E isso traz atravessamentos tanto para o atendimento da população negra, quanto para a formação do profissional negro na Psicologia.

O que levanta a questão sobre, o que é possível para um corpo preto dentro da Psicologia?

Capítulo 2: Escrevivências de uma Psicologia Preta

AmarElo (...)

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir

Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro

Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro
Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro
Aí, maloqueiro, aí, maloqueira Levanta essa cabeça
Enxuga essas lágrimas, certo? (Você memo)
Respira fundo e volta pro ringue (vai)
'Cê vai sair dessa prisão
'Cê vai atrás desse diploma
Com a fúria da beleza do Sol, entendeu?
Faz isso por nós, faz essa por nós (vai)

Te vejo no pódio
Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro. (Emicida)

A narrativa que se constrói a seguir visa, a partir do meu corpo no contato com os lugares e acontecimentos, dar visibilidade ao surgimento do movimento da Psicologia Preta na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói/RJ.

Obviamente que nesse processo eu faço um recorte e coloco luz, principalmente, em acontecimentos dos quais, se não estive participando diretamente, tenho notícias bem construídas do seu desenrolar. Isso não quer dizer que anteriormente já não tenha existido outros movimentos. Mas que parto do início do processo de implementações das Ações Afirmativas, com a chegada dos cotistas na universidade para pensar as mudanças que atravessaram o Instituto de Psicologia da UFF, anteriormente denominado parte do Instituto de Ciências, História e Filosofia (ICHIF); como isso se reverberou na minha formação como profissional, mas principalmente sobre a (r)existência de corpos negros nesse lugar. E da luta para se construir um lugar em que o sujeito fala sobre si, dirige e produz sobre suas dores, pesquisas e vidas. Mesmo em meio a um terreno árido como a Academia.

É importante trazer que estaremos construindo um olhar que passa por afetos: dores e vida que pulsou nesses encontros. Tomando como primícia um princípio: *a negritude de um corpo antecede ao sujeito que o possui* e isso atravessa todos os aspectos de sua vida.

Antes de ser Juliana do Nascimento, eu sou negra, retinta, mulher, favelada... ocupando aquele espaço. Uma pessoa branca, é mais um sujeito no mundo. Uma pessoa negra é negra!

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior. (SANTOS, 1983, p.19).

Sou uma mulher africana em diáspora, enlutada diariamente em um país que a cada 23 minutos mata um jovem negro. Onde empreitadas policiais que culminam em uma chacina, com mais de 25 mortos, em maioria negros, assassinados pelo o Estado, como em Jacarezinho (2021), são consideradas operações policiais bem-sucedidas.

Onde o exército encravou 80 tiros em um músico, Evaldo Rosa dos Santos, que estava em seu carro com sua família, família preta e ainda acha passível de justificativa.

Em um país que convive com o assassinato violento de uma parlamentar negra e seu motorista, Marielle Franco e Anderson, sem que isso gere nenhum tipo de constrangimento suficiente, para que as forças governamentais se movam para elucidar o caso.

País onde um professor universitário, Dalton Cesar Milagres, manteve uma mulher negra em situação análoga a escravidão em sua casa durante 38 anos. Madalena Gordiano

agora respira livre dessas algemas. Mas, quem lhe trará esses anos de volta?

Lugar onde crianças negras são alvejadas por balas disparadas numa guerra perdida contra o varejo de drogas. João Pedro, Emily e Rebecca, Ágatha Felix... nomes que não deveriam ser esquecidos. Ou um lugar, onde simplesmente crianças pretas desaparecem! Meninos de Belford Roxo: Fernando Henrique, Alexandre e Lucas Matheus, onde vocês estão?!

Todos esses casos, todos esses sujeitos, todas essas vidas arrancadas trazem a marca perfurante do racismo e desse sistema de validação que coloca os negros sujeitos em um lugar à margem. É como se fosse um outro tipo de humanidade; ou melhor, pelas constituições sociais entrelaçadas pelo racismo, é como se fosse um subtipo de humanidade. Toda sorte de violência é justificável, se esse corpo é marcado pela negritude.

E aos pretos vivos, que o sistema violento não levou e que chega à universidade, para além das macro e micro violências externas, ainda há a violência acadêmica. O racismo é um sistema violento.

Em 2013, os primeiros alunos cotistas raciais da graduação iniciam sua jornada na UFF. Ano em que inicio a graduação como cotista.

Em 2017, as ações afirmativas "alcançaram" a pós-graduação em Psicologia. E também ocorre o primeiro ensaio, realizado por alunos, de um evento de Psicologia voltado para pensar corpos não brancos, a I Semana Paralela de Psicologia Preta.

Em 2018, metade da turma ingressante na pós-graduação em Psicologia é cotista. Turma a qual faço parte como aluna cotista preta. Ano onde ocorre a II Semana de Psicologia Preta e Indígena, movimento paralelo que pauta os corpos invisibilizados e que iremos discutir durante esse processo.

Todo corpo é histórico! Ele traz e se forja também nas marcas do seu tempo. Viver esses processos históricos e senti-los, não necessariamente é a experiência mais divertida da vida.

Mas segunda a minha mãe, Cida, se uma experiência não parece te ensinar nada sobre a vida, pelos menos vira *causos* para se dar risadas com os amigos e família; porque na minha casa nunca teve nada tão ruim, que a gente não conseguisse ainda tirar alguma risada.

Papai, José Alves (nunca na vida, vi meu pai se apresentar sem dizer o nome e o primeiro sobrenome; porque segundo ele me dizia: preto tem que ter nome, tem que ter sobrenome, tem que ter palavra e tem que ser reconhecido pelos seus) ia mais longe, o que aparentemente não é alegria, ainda vira letra de samba, vira improviso, partido-alto. É só não deixar o samba cair.

E no samba cabe de um tudo! Fala de tudo! Fala de amor, fala de dor, fala de problemas sociais, fala de luta, fala de amizade, fala de esperança. Fala sobre nós. Fala conosco!

Então, vamos lá?

2.1 Escrivência: método de observação da vida.

Retomando... há uma narrativa que prevalece socialmente, e quem a domina tem o poder de produção, manutenção e destruição . O que há de acesso em geral sobre a história das pessoas negras e indígenas nesse país, tende a ser atravessado por um olhar branco colonizador sobre esses sujeitos e suas trajetórias. E é um olhar atravessado por uma perspectiva racista, que empurra a um lugar social e provoca mortes, em várias instâncias. E é essa narrativa que se faz presente na distribuição em massa.

Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos e diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante. (SANTOS, 1983, p. 20).

Para negros e indígenas no Brasil, ter acesso a informações sobre si, sobre os seus sem um discurso de morte, só é e foi possível mediante uma transmissão que não parte do discurso hegemônico. Uma transmissão que passa pela via da oralidade, que se faz nas relações, nos risos, no corpo.

Segundo Conceição Evaristo (2009), nesse sistema escravocrata, é por meio de manifestações outras que se mantiveram vivas as memórias ancestrais. Foi através de recursos, não estatais, que foi possível produzir memórias, reflexões, conhecimento, problematizações. Segundo a autora:

Histórias orais, ditados, provérbios, assim como uma gama de personagens do folclore brasileiro, são heranças das várias culturas africanas aqui aportadas e podem ser entendidas como ícones de resistência das memórias africanas incorporados à cultura geral brasileira, notadamente a vivida pelo povo. (EVARISTO, 2009. p. 19).

É através desse encontro com o passado que se constitui a perspectiva de presente. É um corpo forjado nas vozes ancestrais. E se movimenta por uma dinâmica outra do horizonte etnocêntrico.

Marco Aurélio Luz (2000) traz a perspectiva que os africanos em diáspora mantêm

uma linha de continuidade de certos valores e princípios africanos, que ele chama de *kcontinuum*, e que vão estar presente na constituição e afirmação existencial dos negros no mundo.

E que “essa identidade negra não se caracteriza apenas pelo *continuum* negro-africano, mas por sua forma própria de reposição no Brasil, desenvolvendo uma forma própria de relações sociais, valores e linguagem características e originais”. (Luz, 2000, p.32).

Ora, se pautamos sujeitos que são constituídos por outras vozes e simbologias, pensar essa existência precisa partir de um outro referencial, que não exista num contraponto do que falta no saber branco do colonizador, mas em uma outra perspectiva de organização, avaliação e formulação.

[...] A cristalização dos nossos conceitos, definições ou princípios deve exprimir a vivência de cultura e de práxis da coletividade negra. Incorporar nossa integridade de ser total, em nosso tempo histórico, enriquecendo e aumentando nossa capacidade de luta. Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmos. Sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses da população negra e sua perspectiva visão de futuro [...]. (NASCIMENTO, 2002, p. 347 e 348).

A experiência desse corpo africano em diáspora é formada por uma experiência encarnada e também por vozes e experiências ancestrais, e isso atravessa a escrita. Ao falar sobre um corpo negro, se fala sobre a negritude que o constitui, se fala sobre as muitas vozes que o compõe, se fala sobre racismo, se fala sobre uma sociedade forjada numa organização racial que empurra sujeitos negros a degradação, a morte.

Ao trazer o conceito de Escrevivências, Conceição Evaristo (2020) dá forma a esse panorama de uma escrita que passa pelo “ser”, sobre a experiência de se viver na diáspora no Brasil e de pensar sobre essa origem africana, sobre a marca que é a cor.

É uma escrita que se coloca no mundo viva, que pulsa e dança com as vivências desse corpo negro. Que não se coloca como uma força que tenta subjugar a narrativa dominante, mas que não partindo dela faz emergir no mundo as histórias que nos constituem. Uma experiência de uma escrita que sangra, pois traz nos seus traços as dores perpetuadas pelo racismo estrutural. Mas que também produz vida, pois faz emergir e eternizar gritos outrora presos. Como uma escrita viva, que constitui o sujeito e se constitui com o sujeito.

Partir da escrevivência para se construir um texto acadêmico faz emergir uma problematização importante, porque só é possível construí-la num processo de ruptura com uma epistemologia endurecida da Academia. É ser atravessado pelo que Fátima Lima (2020)

aponta na perspectiva de um “mundo em ruínas”, onde um panorama baseado apenas no homem branco universal, como central e estruturante, está em “desfacelamento”, e não cabe mais no contexto onde se pauta o corpo africano que habita nesse país. Um corpo que tensiona e se faz existir mesmo em meio a durezas. “... as ruínas deste mundo findo como conhecemos têm na racialidade um dos pontos nevrálgicos” (LIMA, 2020, p. 83).

Todavia, ao se romper com o hegemônico, para se fazer existir por diretrizes e contornos outros, quase que de imediato é colocado em xeque a veracidade como episteme. A forma como se constitui a Academia não há abertura para a existência de outras epistemologias.

A colonização social foi responsável por produzir uma histórica tradição de dominação política e cultural, que submeteu à sua visão etnocêntrica o conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais. As Universidades localizadas nos países colonizados não se mantiveram isentas dessa realidade, são oriundas da razão moderna e não se constituem como instituições plenamente autônomas. Dentro desse contexto, as Universidades brasileiras têm passado por mudanças, a partir das políticas afirmativas, que têm alterado o perfil dos estudantes e impactado o seu modelo elitista. (BRUNO, 2018, p. 2).

Principalmente se partirmos do lugar da construção de uma epistemologia constituída por corpos não brancos, por corpos socialmente considerados matáveis. Onde a dúvida sobre a importância e veracidade é posta quase que a priori. Apesar de, e por isso, que é a partir de uma conceituação de uma mulher negra que se organiza a metodologia deste trabalho acadêmico, a grande e necessária Conceição Evaristo.

Escrever é dominar o mundo”, conclui Clarice. Não tenho a experiência de domínio algum. A escrita nasceu para mim como procura de entendimento da vida. Eu não tinha nenhum domínio sobre o mundo, muito menos sobre o mundo material. Por não ter nada, a escrita me surge como necessidade de ter alguma coisa, algum bem. E surge da minha experiência pessoal. Surge na investigação do entorno, sem ter resposta alguma. Da investigação de vidas muito próximas à minha. Escrevivência nunca foi uma mera coisa. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência. (EVARISTO, 2020. p. 37).

2.2 Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes.

Meu ingresso na UFF se deu no primeiro semestre de 2013, quando fui aprovada para o curso de psicologia como cotista negra de escola pública. Semestre seguinte à aprovação das ações afirmativas.

Apesar de ser o primeiro ano com cotas, na minha turma havia só mais duas meninas negras, uma delas cotista. Mesmo não esperando encontrar um ambiente acolhedor, pelo contrário, saber que esses ambientes tendem a ser bastante hostis para corpos negros, por ser

um curso de Psicologia, havia alguma ínfima esperança que pudesse ser um ambiente minimamente possível de discussão. Ao chegar me deparei com um ambiente extremamente branco, elitista e amordaçador. Paredes brancas, pessoas brancas, discurso branco.

Não havia abertura alguma para nenhuma outra discussão que não fosse a reprodução de um discurso branco e classicista. Logo percebi que a Psicologia com a qual estava tendo contato, não abarcava outros corpos que não fosse um desdobramento do austríaco burguês do século XIX. Os dispositivos e ferramentas eram para esses corpos. Meu posicionamento não é questionar o que se produz pensando os sujeitos brancos, mas o quanto na estrutura, não havia abertura para a coexistência de outros sujeitos. Até o mais social, era atravessado por um olhar que partia desse lugar.

E desse lugar que as pesquisas se desenvolviam, os corpos com os quais me identificava eram os representados pelos “objetos de pesquisa”; numerados, não identificados ou pouco identificados; eram amontoados, codificados, sem que de fato fossem olhados, na minha perspectiva. Vistos, mas não olhados. Ouvidos, mas não escutados.

As ditas minorias eram o prato feito para algumas pesquisas consideradas de vanguarda. Obviamente, eu entendo que o saber da Psicologia fala sobre sujeitos, uma análise dos sujeitos para os quais se debruçam para olhar. Mas, havia uma questão significativa na forma que esse olhar era construído. Segundo Elisa Larkin Nascimento (2003), “a psicologia constitui no Brasil um quadro marcado profundamente pelo positivismo, pelo determinismo racial e pelas teorias do evolucionismo social e cultural”. (LARKIN NASCIMENTO, 2003, p. 168).

Durante a maior parte do meu tempo como estudante de graduação, entre milhões de aulas, textos e atividades extracurriculares, as questões raciais nunca eram apontadas, discutidas ou ouvidas. Todas as vezes que eu remetia a algo sobre, os meus professores – *psicólogos* - me diziam que era uma questão para que eu trabalhasse numa análise, numa psicoterapia, ou falavam sobre a visão de um sujeito universal ou invocavam o mito da democracia racial. É importante salientar que esses professores eram pessoas brancas, que ao mesmo tempo que me diziam que isso não era uma questão a ser discutida em sala de aula, não sabiam me dizer quando tiveram alguma turma com maioria negra ou quando tiveram alunos indígenas.

Fora do lugar de objeto de pesquisa, não havia interesse que esses sujeitos ocupassem espaços dentro da universidade, espaços de protagonismo e que falassem sobre suas trajetórias. E, principalmente, que viessem a ocupar o mesmo lugar que eles.

Ninguém falava abertamente sobre as ações afirmativas, nunca vi um professor se

posicionar sobre, nas aulas, durante a graduação. Sabia-se que existiam cotistas na sala, mas ninguém falava sobre isso; aliás no ano que entrei, pelo menos duas pessoas na minha turma que entraram por cotas raciais, por ser negro, não eram negras. Mas, não havia uma preocupação sobre isso. Certa vez, uma colega de classe branca perguntou porque entrei como cotista, se tinha nota para ampla concorrência; não era possível para ela compreender a complexidade política de ocupar esse lugar.

A fala dela representa muito do que ainda é visto sobre as ações afirmativas, vistas como um meio pouco digno de acesso ao ensino superior, aos concursos, e demais pleitos; quando as vagas são ocupadas por negros, mas, não quando são usurpadas por brancos em fraldes. Nesses momentos a branquitude se fecha entre si e não há questionamentos. Porque a questão não é se algum grupo está tendo algum benefício, mas para qual grupo está sendo concedido esses benefícios.

Quero deixar explícito que não reconheço as cotas como formas de benefícios, elas não facilitam a entrada, ou eliminam as etapas; elas não apagam os anos de mortes impostos aos povos escravizados e que continuam carregando o peso desses anos nas suas vidas. Elas identificam que em uma perspectiva de competição, alguns grupos partem muito atrás que outros e é preciso possibilitar formas de pelos menos se aproximar.

Porque para além das dificuldades estruturais, a cor da pele, a sua imagem se apresenta como uma dificuldade a mais e contra isso não há o que fazer, porque independentemente do que faça uma pessoa negra, ela sempre será negra, mesmo tentando se embranquecer. E os brancos sabem disso.

Conviver nesses espaços acadêmicos é fazê-lo considerando as forças que estarão agindo contra, em inúmeras esferas. O tão reconhecido não pertencimento sempre esteve presente nesse espaço. A todo momento, em todos os lados “gritava-se” que não era para que eu estivesse ali. Independente das boas amizades que construí pelo caminho, toda a estrutura me expulsava.

Há um movimento que pauta constantemente a necessidade da entrada, da ocupação dos corpos majoritariamente excluídos nesses espaços; entretanto, é importante pautarmos também que é uma luta permanecer e sair desses lugares com um diploma. Que se por um lado, talvez, propicie outras realidades financeira e social, por outro, tenta matar tudo que há de mais singular na existência.

Quando iniciei a graduação eu trabalhava, e usava esse dinheiro para ir às aulas, mas chegava sempre atrasada e não conseguia cursar todas as matérias. Foi preciso pedir para ser demitida e esperar até quando isso foi possível, pois precisava ter acesso ao auxílio

desemprego e a rescisão para me manter na faculdade nos primeiros meses. Após, os meus pais tiveram que fazer vários arranjos para que eu conseguisse dar continuidade aos estudos. Como eu havia mencionado, a UFF não apresenta nenhum auxílio financeiro aos alunos cotistas e a Psicologia é um curso integral. Conseguir estar presente de fato na Universidade e manter uma atividade remunerada estruturada é uma missão quase impossível.

A minha realidade não era diferente de outros cotistas negros. Historicamente, o lugar de falta, às margens da sociedade, sempre foi imposto aos negros. E a estrutura social reafirma esse lugar. Para além de vontade de estudar, é preciso ter condições favoráveis em meio às durezas. Na maior parte dos meus anos de graduação, o lugar que os negros ocupavam dentro daqueles muros era sempre servindo. Alunos? Muito, muito poucos, na maioria das minhas aulas eu era a única negra na sala. No Instituto de Psicologia havia (há) somente dois professores negros, um homem e uma mulher, e somente com um tive aula na graduação.

Ao andar pelos pátios era possível contar nas mãos as poucas pessoas negras que via. Nas aulas eu ia aprendendo sobre uma psicologia que não contava com autores negros, tão pouco indígenas, que não pensava questões raciais ou sociais.

Algumas vezes tive vontade de deixar o curso, ele não abrangia os meus questionamentos. Eu ficava pensando para que mundo eu estava sendo formada para atuar. Em nenhuma parte, área da minha vida, aquilo tudo fazia sentido. Ao começar a atuar no SUS como estagiária eu via o quanto as discussões estavam longe da realidade dos sujeitos que eu atendia, majoritariamente negros, periféricos. O arsenal teórico não chegava nem perto de dar conta da abrangência do tanto de vida que pulsava.

Lembro de duas supervisões, longas, onde passamos horas discutindo sobre transferência e contratransferência em casos levantados por estagiários. Os mesmos, assim como todo restante da equipe de estágio, não conseguiam compreender que para uma pessoa desempregada, mesmo em grande sofrimento psíquico, ela escolheria comprar alimentos a pagar passagem para ir a uma sessão de terapia. Ou, que uma pessoa se recusasse a ir a um dispositivo de saúde, mesmo podendo perder a vaga, em um dia de operação da polícia na favela em que morava, justificando “sou preto, não posso sair com a polícia subindo”. E que isso poderia partir de outra instância, que o arsenal teórico que dispunham não oferecia.

Os cursos de psicologia têm se caracterizado ao longo dos anos por não possibilitar ao aluno conhecimento dos aspectos sociais-históricos, políticos e ideológicos - que determinam sua prática e a realidade em que atua. A Psicologia que é ensinada nas nossas universidades tem a pretensão de ser apolítica, neutra, e justo por isto está

embebida da ideologia dominante e conservadora das relações sociais. Assim, é uma Psicologia ingênua e ineficaz que a universidade termina promovendo, porque psicologizante e a-crítica dos modelos importados, o que leva a um distanciamento do social e uma aproximação ainda maior do aluno às ideias e valores hegemônicos da ideologia individualista que ele carrega, pois oriundo das classes médias urbanas. (DIMENSTEIN, 2000, p. 104).

Segundo Larkin Nascimento (2003), ao se ignorar a questão racial que atravessa os corpos que em maioria são/estão formados e que tendem a serem corpos brancos, os entendendo como “incolor” ou “neutro”, se faz uma escolha por um tipo de daltonismo, onde não se considera que o sujeito branco possui privilégios dentro de uma sociedade racializada. “Esse privilégio pode ser puramente simbólico e ter consequências concretas, como na concorrência a um emprego...”. (LARKIN NASCIMENTO, 2003, p.184). O que torna a sua experiência de vida, seus processos de subjetivação, atravessados por esse lugar do corpo universal, branco. E que isso irá atravessar a sua escuta e possibilidade de acolhimento do sofrimento psíquico proveniente de questões étnico-raciais.

Na escuta de um paciente cuja crise pessoal, coloca questões derivadas da vivência do racismo, por exemplo, a experiência de vida do terapeuta branco pode levá-lo a negar o impacto da discriminação racial na vida do cliente, negando-lhe assim o reconhecimento de sua singularidade e experiência. Também pode constituir um desencontro de linguagem e de significações simbólicas capaz de interferir só na escuta, como na interpretação dos silêncios. (LARKIN NASCIMENTO, 2003, p.184).

Quando eu relatava um caso na faculdade, fazia questão de falar sobre a cor e era corrigida que isso não era importante. Mesmo assim, eu identificava nos prontuários e nas anotações os negros que atendia ou que chegavam nos serviços de saúde. Aliás, os meus estágios, em sua maioria, foram em dispositivos públicos de saúde, ocupados em massa por negros sujeitos.

Durante praticamente todo o percurso da graduação vivi como alguém com duas vidas. Dentro era bombardeada por informações que pareciam flutuantes e muitas vezes mirabolantes. E fora, os caminhos que percorria davam materialidade aos meus anseios e realidades, que encontrava atuando no SUS, e me apresentavam outras formas de olhar para o saber Psicologia. Uma Psicologia que olhava outros corpos.

Somente próximo aos últimos semestres da graduação que conheço nomes como Neusa Santos, Virgínia Bicudo, Frantz Fanon; mas por caminhos outros que longe da sala de aula. A proximidade com alguns alunos negros da pós-graduação em psicologia me apresenta outras perspectivas.

Ainda durante a graduação, vou assistir a uma aula ministrada para pós e nesse encontro ouço pela primeira vez a questão racial, aparecendo dentro de uma sala de aula na UFF, levantada por alunos negros da Pós.

Obviamente, não entendo que a universidade conseguirá dar conta das inúmeras facetas que se pode abarcar na Psicologia. Conhecimento bem amplo, com inúmeras possibilidades de leituras e desdobramentos. Mas, que todos os caminhos que me foram apontados eram para se olhar um sujeito, partindo de um único ponto e não abrangia um olhar que realmente contemplasse a população que se encontra no Rio de Janeiro, no Brasil. Pontuo, que se por um lado não agrega outros olhares; por outro, pode produzir eficazmente segregação e morte.

Os pontos de respiros possíveis eram com os amigos, com os laços com outras pessoas negras que fui conhecendo durante o percurso. Com a minha família, e outros espaços com negros que frequentava.

Aos poucos, começo a ter mais consciência de movimentos que aconteciam e que eram pouco falados... Como mencionei, apesar de contar com um quadro de 46 docentes no Instituto de Psicologia, só havia dois professores negros. Durante anos, havia um único corpo negro docente circulando pelo outrora intitulado ICHIF, e o nome dele é Abrahão de Oliveira Santos.

Lembro que ao trazer a questão racial numa conversa, uma veterana me falou sobre o professor Abrahão e disse que ele era a única pessoa que estudava “essas coisas”.

Assim, o professor Abrahão surge como uma possibilidade de um encontro com outros saberes, com uma outra forma de se olhar a psicologia. E principalmente com a possibilidade de um saber que não fosse atravessado pelo racismo. No entanto, logo descubro que ele havia se afastado para um pós-doutorado. Assim, o nosso encontro só acontece quando estou prestes a me formar na graduação. Todavia, a sua fama o antecede.

E assim os anos vão se arrastando. Aos poucos, mais negros vão chegando naquele espaço. Ainda bem poucos. Mas, a estrutura continuava a mesma. Tudo é arquitetado para manter essa estrutura, produzir furos é um movimento violento e dolorido. Na reta final da graduação, eu já entendia que, se por um lado sabia que queria atuar como psicóloga, por outro, tinha questões importantes sobre a formação que a estrutura acadêmica proporcionava.

Mais próximo do fim da graduação me surgem novos questionamentos, que são atravessados também por questões coletivas e outras aberturas que vão surgindo. O meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) traz essa marca das inquietações, sob o título “A Reforma Psiquiátrica e as Práticas do Cuidado em Saúde Mental: tecendo análises e

experimentando a formação em Psicologia” são construídas algumas reflexões sobre a formação do psicólogo focada no sujeito branco universal, partindo de um olhar sobre os corpos pretos que eu acompanhava e que me reconhecia; tendo como plano de fundo um dispositivo público de saúde mental, sua equipe multidisciplinar e a clientela predominantemente preta.

E ao escrever sobre o atendimento de uma mulher negra, uma mãe negra enlutada, atravessada por inúmeras violências estruturais, esse saber psi ganha outra dimensão. Madalena (nome fictício) trouxe até à minha perspectiva clínica e junto com tantos outros, me propiciou construir um trabalho clínico, que de fato olhasse para os sujeitos e seus atravessamentos. Ora acho que nessa medida, já havia muito do que depois e agora chamo de Psicologia Preta.

Outro movimento importante na minha formação foi ter participado, como aluna docente, da matéria Políticas de Saúde, com a professora Ana Paula Lopes, onde fiquei responsável pela construção do ensino sobre racismo na saúde. A experiência foi um encontro vibrante. Levar a questão racial para a sala de aula, deu uma outra perspectiva para estar entre aquelas paredes.

Contudo, para se entender as mudanças que estavam começando a ocorrer no fim da minha graduação, é importante voltar um pouco, e entender os atravessamentos institucionais e sociais que também existiam.

2.3 Vislumbres de mudanças

No ano de 2016, a dita democracia do Brasil sofreu um golpe político, ao retirar do poder a presidenta vencedora do pleito de 2014, Dilma Rousseff.

Esse fato inaugurou uma nova etapa de desmonte agressivo de direitos sociais que já existiam de forma precária. Um dos mecanismos de precarização ordenados pelo governo que assumiu a presidência, encabeçado pelo ex-vice presidente Michel Temer, foi a PEC do teto de gastos (Projeto de emenda Constitucional 95), que congelou os investimentos em saúde e educação por 20 anos.

Nesse contexto político, enquanto se tramitava a questão da PEC, alguns movimentos sociais vão surgindo. Aqui, vamos nos atentar ao processo de ocupação estudantil que se inicia nas escolas secundaristas e posteriormente em algumas universidades, porque é a partir dele que novas experiências começam a se desenhar.

O ICHF é ocupado, e esse se torna um período de muita efervescência. Para além de ocupar o espaço físico, haviam várias atividades, outros saberes circulavam, a estrutura de

sala de aula estava dissipada e a construção de conhecimento ganhava uma paridade.

No mesmo momento eclode a Ocupação Preta, que funcionou como a construção de um quilombo, formada por alunos negros de diferentes cursos da UFF, que além da pauta dos cortes públicos, questionavam a situação dos alunos negros na Universidade.

É importante trazer que existe na UFF Niterói, desde 2012 o Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF (CENUFF). Um coletivo apartidário, que inicia com a união dos poucos alunos negros que existiam, fundado com a entrada da aluna Nalui Mahin. Organizados com grupos de estudos, encontros de acolhimento e de luta, esse coletivo foi de extrema importância para pressionar a criação da banca de heteroidentificação, que é um marco no combate às fraudes nas vagas destinadas às ações afirmativas.

Voltando à ocupação, não era obrigatório estar na universidade, mas era importante estar ali. Durante esse momento, me era mais palatável estar naquele espaço, nas atividades. E as trocas com os colegas formavam uma outra possibilidade de construção de caminhos para formação.

E sobre esse período, Aurea Cardoso (2018), aluna da pós-graduação em Psicologia, escreveu em sua dissertação:

Com a Ocupação, os espaços abertos do campus foram ampliados (ou mais aproveitados). Convocava-se ali a horizontalidade do funcionamento e a inversão de epistemologias. Fui sentindo aos poucos que naquele momento, sentadas ou deitadas no chão embaixo da árvore, tocando e sendo tocada pelas mãos que queriam cuidar/acolher, eu poderia começar a me colocar; entendi que não seria chicoteada ou ficaria falando sozinha. O conteúdo ouvido nos colegiados me jogou no chão. Não havia mais a ingenuidade da ‘democracia racial’, regional e de gênero”. (CARDOSO, 2018, p.25).

Mesmo chegando ao fim, a ocupação faz um marco nas relações vividas naquele espaço, por mais que se tentassem empurrar goela abaixo as PECs e o retorno às aulas, as experiências de trocas ali vividas registraram uma outra forma de estar naquele espaço e de acesso a conteúdo. E de construção de laços. E de anúncio das insatisfações existentes.

Nesse período também estava acontecendo as reuniões de colegiado da pós-graduação, onde se pautava a aprovação das ações afirmativas para pós em Psicologia. Apesar de ainda ser da graduação, havia um burburinho de que essas reuniões estavam sendo muito difíceis. Era um momento muito importante e eu queria acompanhar.

O processo se iniciou em setembro de 2016. Naquele mês, na reunião mensal do Colegiado, a professora Luiza Oliveira levantou junto aos presentes, a informação sobre a promulgação da Portaria nº13 pela UFF, após o Seminário de Políticas Afirmativas da

Universidade, que ocorreu em julho. Essa portaria ia de encontro a lei nº 12.288/10, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, onde se reserva 20% de cotas para a população negra e indígena. Nessa reunião foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) de ações afirmativas, formado por docentes e discentes da Pós-Graduação, que estariam incumbidos de trazer o debate sobre a possível implementação. Quando entrei na pós-graduação o GT era composto pelos docentes Abrahão Santos, Cristina Rauter, Luiza Oliveira e os alunos Áurea Cardoso, Danielle Miranda e Stallone Abrantes.

É importante salientar que Stallone, foi o aluno que levantou a discussão para que a políticas de ações afirmativas pudessem ser ampliadas e encontrar as pessoas que são atravessadas pela questão de identidade travesti e transexual. Discussão muito importante visto que o Brasil é o país que mais mata trans e travestis no mundo, cuja expectativa de vida é de 36 anos, sendo que a média nacional é de 75 anos.

Na primeira reunião que compareci, fiquei estarecida mas não surpresa. Estarecida pela forma como os discursos racistas eram ditos tão abertamente por aqueles que, em tese, são os que deveriam estar participando da minha formação profissional; que em tese, repito, deveria ser uma formação ética e acolhedora.

Ao longo de cinco semanas seguidas de Ocupação, tivemos reunião de colegiado do PPGP. Em meio a estratégias de anular o Programa imune aos possíveis riscos que representaria a adoção de Políticas de Ações Afirmativas, discursos evidenciaram o racismo institucional operante naquele meio, o que me encorajou a entrar em contato com as construções racistas a que meu corpo esteve/está submetido ali e em outros espaços. Discutir a produção de conhecimento colonial no Brasil – historicamente ancorado no epistemicídio – me pareceu ser o caminho para pensar as produções de silenciamento anteriores [...] (CARDOSO, 2018, p. 26).

Mais uma vez ficava explícito, o que logo percebi naquelas paredes: o lugar dos cotistas era como objeto de pesquisa e não fazendo parte do mesmo espaço que eles. Racismo, capacitismo e misoginia eram perpetuados em muitos discursos de professores do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

Madume

“Eles querem que alguém,
Que vem de onde nós vem,
Seja mais humilde, baixe a cabeça
Nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda
Eu quero é que eles se...”
(Emicida)

A presença e pressão dos alunos fizeram força para que apesar de todo esse lamaçal, as ações afirmativas fossem implantadas.

Saliento que se o processo de aprovação ocorreu durante a gestão anterior, o processo de implementação das cotas ocorreu concomitantemente com o início da gestão de Luiza Oliveira e Ana Claudia Monteiro, em 05 de maio de 2017. Uma gestão atravessada por lutas e bons afetos. Gestão que representa um marco histórico no avanço da possibilidade de discussão e de abertura para a presença de outros corpos: transexual, travesti, transgênero, indígena, pessoas com deficiência e negros nesse espaço.

E não tem como não mencionar a importância política da presença da professora Luiza na coordenação da pós-graduação; uma mulher negra, a única professora negra do Instituto. Que se posicionando favorável à aprovação e cumprimento da lei, propiciou muitas discussões importantes. Mesmo mediante discursos de que a entrada dos cotistas na gestão dela –delas- poderia colocar em cheque o prestígio da pós-graduação. Conforme: “Precisamos nos esforçar para “erguer-nos enquanto subimos”. Em outras palavras devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como todos os nossos irmãos, subam conosco” (DAVIS, 2017, p. 17).

Capítulo 3: Semana da Psicologia Preta e Indígena: a construção de novos caminhos.

Identidade

Se preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade

Se preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade
Elevador é quase um templo
Exemplo pra minar teu sono
Sai desse compromisso
Não vai no de serviço
Se o social tem dono, não vai

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história

(Jorge Aragão)

3.1 Nuances do Racismo

O ano era 2017. Em meio a um ônibus cheio, na correria para o estágio, recebo algumas mensagens de colegas levantando o questionamento sobre a invisibilidade e silenciamento da questão racial no curso de Psicologia.

A listagem de atividades propostas para X Semana de Psicologia havia saído, sem que em nenhuma se discutisse a questão racial. Esse fato fez transbordar um copo que já estava cheio.

Durante um bom tempo no Instituto de Psicologia, as questões relacionadas à negritude se faziam encarnadas na presença do professor Abrahão Santos. A não presença dele deixava uma espécie de orfandade a quem desejava estudar questões raciais com orientação de um professor.

Esse lugar se deve a um longo caminho que ele foi percorrendo ao longo dos anos, a sua trajetória pessoal se entrelaça com seu percurso profissional. Seja dito de passagem, a negritude não é uma capa que se tire, e isso atravessa as relações como um todo.

No ano de 2009, Abrahão de Oliveira Santos ingressou no quadro de professores, ainda ligado à psicologia Institucional-social. Durante esse período, o que já havia iniciado no doutorado, quando ele estudava a cosmovisão yorubana, ganha outros contornos. Seu movimento de retorno à ancestralidade, com a aproximação do candomblé, modifica a sua forma de olhar e estar no mundo. E da leitura de ítans pelos corredores da universidade, vai se formando o que viria a ser uma disciplina que rompe com o hegemônico “exu na rua: pensamento yorubá e psicologia”.

Desta forma, uma nova perspectiva, com base na oralidade e deslocado do saber etnocêntrico, surge por aquelas paredes. Os alunos inscritos podem assim ouvir outras vozes, ter encontro com outros saberes: umbandistas, candomblecistas, juremistas, artistas de rua, coletivos negros formam o grupo de convidados a somarem nas aulas.

Essa experiência ganha um lugar importante e faz surgir o desejo de criar um espaço de acolhimento a negros, ao povo de terreiro e interessados em partir de um outro lugar para se pensar o sujeito.

Sendo assim, no ano de 2013 foi realizado o encontro Kitembo, com apoio do professor José Marmo. Esse encontro reuniu vários nomes importantes para o movimento negro: Kabengele Munanga, Makota Valdina, Ivanir dos Santos. Esse encontro potente foi o precursor do que se tornaria o Kitembo- Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afro-indígena-brasileira, coordenado por ele.

Antes da minha conversa com a aluna veterana que me falou sobre o professor Abrahão, eu nunca havia ouvido mencionarem sobre o kitembo, mesmo já tendo questionado sobre as questões raciais algumas vezes.

Falar sobre a pouca visibilidade no espaço acadêmico, questionar esse apagamento, não é requerer que seja validado por pessoas não negras. Mas falar sobre a invisibilidade de pesquisas e produções que não tem base no repertório ocidental e que não se baseiam na falácia do sujeito universal, que é personificado pelo sujeito branco no mundo.

[...] o Brasil mantém um sistema acadêmico profundamente racista. Há grande dificuldade de compreender que as sistemáticas práticas de exclusão de negras/os no espaço acadêmico, seja como corpo docente ou como referencial teórico, são práticas resultantes de uma cultura racista internalizada e largamente reproduzida. A limitação dos debates acerca deste fato revela o quanto as Universidades estão impregnadas da falsa ideia de imparcialidade que nega o racismo. (BRUNO, 2018, p.4).

3.2 Quem cede a vez não quer vitória, somos heranças da memória

Assim, é nesse contexto, em meio às insatisfações, que um grupo de estudantes se reúne e questiona a invisibilidade dos sujeitos negros e suas pesquisas na UFF. A Semana Psi é um evento que acontecia anualmente, mas, as atividades racializadas eram raramente encontradas. Esse questionamento nos fez entender que, para além de indagações individuais, era importante pautar o racismo estrutural e epistemológico. Uma carta de apresentação é gerada, publicizada e faltando três dias para o início da Semana de Psicologia é deliberado a construção de uma Semana própria, voltada para olhar os corpos pretos, que nesse ano já apresentavam números superiores ao que encontrei quando entrei por aqueles muros.

A realização simultânea com a semana clássica se deu pois, nesse período, os estudantes estão liberados das aulas, o que possibilitava uma circulação maior pelo campus sem a correria de provas, entregas de trabalhos. A perspectiva de ser um evento paralelo é para justamente marcar o rompimento com a episteme etnocêntrica e afirmar que existiam outros saberes, pautados por outros caminhos e outros sujeitos. Havia ali a necessidade de um enfrentamento mais efetivo ao racismo institucional e estrutural.

Foi organizado um grupo nas redes sociais, cuja a apresentação e convocação para a participação está descrita abaixo:

NEGRO e PSICOLOGIA podem andar juntos?

Estamos construindo com muito carinho e força um evento PARALELO em três dias, sobre PSICOLOGIA PRETA, para essa X Semana de Psicologia, sem aval da organização oficial, por acreditar na importância de debates que visibilizem o link evidente entre psicologia e racismo, ou a importância óbvia de compreender a subjetividade negra e os processos históricos de construção da identidade preta. Importância não, urgência.

Então vamos construir/participar juntos da construção desses dias, que acontecerão no Pilotis do bloco N, um espaço democrático, com possibilidade de convocação geral.

A semana de psicologia é nossa!! [= [= [=

Chega junto!

Naquele tempo, a minha circulação pela Universidade já estava bastante reduzida, não havia mais matérias a cursar. E eu comparecia para orientação de TCC, supervisão de estágio e encontros pontuais. Sendo assim, acompanho as discussões para a realização e colaboro em questões específicas, mas, não estava diretamente ligada à organização. Desta forma, experiencio uma forma de acompanhar a Semana de uma forma bem diferente, do que viveria nos anos posteriores.

3.2.1 I SEMANA PARALELA DE PSICOLOGIA PRETA (2017)

Como um movimento não oficial, nasce a Semana [Paralela] de Psicologia Preta, com o tema “*Subjetividade Negra*”. Articulada por alunos da graduação, traz na Nomenclatura –Paralela- a marca da dissonância com a hegemonia acadêmica, ao ocorrer concomitante com a Semana Clássica, que é realizada pelo Instituto.

Durante três dias, entre 16h-18h, estudantes negros da Pós-Graduação trouxeram suas pesquisas e conhecimentos sobre os processos de subjetivação que atravessam um sujeito negro

O ponto de encontro inicial foi o Pilotis, a entrada do bloco N. Me recordo com muito carinho desse dia, foi a primeira vez que eu estive em uma atividade de Psicologia onde a maioria das pessoas presentes eram negras. Onde o tema principal era o negro sujeito.

O até então doutorando Izaque Miguel (Miguel Maribondo), inaugurou esse espaço de discussão. Mesmo não o conhecendo, reconheço que ele era um dos estudantes que havia visto numa aula da pós que assisti na graduação, onde pela primeira vez eu havia visto se discutir sobre questões raciais numa sala de aula da UFF.

Em roda, racismo, psicologia, genocídio, retorno ancestral ganharam o tom do discurso. Tanto no primeiro dia, quanto nos dois posteriores, nos quais foram realizados em

uma sala de aula. Academicistas negros falavam para um grupo grande, de outros negros e não somente.

Os que até então, eu somente havia visto como objetos de pesquisas, tomavam o lugar de pesquisador, falando sobre si, sobre seu povo, sobre suas pesquisas e encontros.

O logos grego já não ditava o caminho que as palavras faziam. Esse primeiro encontro fez uma marca na possibilidade de furar a estrutura e discurso hegemônico. Não havia um modo de fazer, mas havia um desejo.

Figura 2: Flyer virtual de divulgação da I Semana Paralela de Psicologia Preta

X (I) SEMANA DE PSICOLOGIA PRETA
SUBJETIVIDADE NEGRA

Está para acontecer a X Semana da Psicologia, contudo o recorte racial como enfoque não aparece em nenhuma atividade da programação.

Mas isso não é impedimento para que nós possamos construir esse debate, não é mesmo?! Então vem construir com a gente! #PsiPretaUFF

18
09

SEGUNDA - 16h às 18h:
Palestra: Psicologia da besta branca, e um elogio da fuga negra
Miguel Canis - Doutorando (UFF), pesquisa a relação entre práticas de governo promovidas pela subjetividade branca e coragem de viver; e subjetividade da fuga. Integra o grupo de estudos Psicologia Preta.

19
09

TERÇA - 16h às 18h:
Palestra: Psicologia Preta
Lucas Veiga - Mestre em Psicologia (UFF) e colunista da seção negra e lgbt da Revista Fórum.

20
09

QUARTA - 16h às 18h:
Curta-debate com a presença do grupo Afrobetizar.
Vanessa Andrade - Doutoranda (UFF), psicóloga do CEPLIR - Centro Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa.

Fonte: arquivo pessoal.

Descrição da imagem: imagem com um fundo com estampas afro coloridas e com quadrados onde constam as datas e atividades propostas.

3.2.2 II SEMANA PARALELA DE PSICOLOGIA PRETA E INDÍGENA (2018)

No ano seguinte, o desejo de construir um espaço de discussão e acolhimento ganhou novo fôlego. Foi aberta uma chamada pública para que todos que desejassem construir esse momento pudessem estar juntos na orla do campus Gragoatá. E diferentemente do movimento anterior, não havia apenas três dias para planejar, organizar e executar. Durante uns dois meses foi possível construir essa semana com mais cuidado.

A princípio foi realizada uma tentativa de aproximação com a semana oficial de Psicologia. Contudo, compreendendo, após encontro com a equipe de organização da semana clássica, que se partia de um outro lugar, é deliberado pelo grupo que se propõe a pensar essa construção, a continuação de eventos paralelos aos eventos institucionais. Era inquestionável para o grupo organizador a legitimidade da discussão, sobre como o racismo impactava em todas as esferas da vida de um sujeito negro. As questões raciais não eram vistas como um subtema, mas uma questão organizacional da vida.

Também foi entendido que não somente queria-se falar sobre o sujeito negro, mas sobre corpos invisibilizados e massacrados. Partindo do pressuposto que o racismo se expressa no genocídio da população preta e indígena, discussão levantada pela aluna de graduação Gabriella Araújo, única participante que vocalizava o seu pertencimento indígena e teve um papel muito importante nessa aproximação com os saberes e povos indígenas. Desta forma se constrói a Semana Paralela de Psicologia Preta e Indígena na UFF: durante cinco dias mais de 20 atividades foram realizadas.

A fim de colocar em prática as discussões, vão se organizando encontros semanais, com números flutuantes de participantes: estudantes negros, brancos, indígenas se reúnem para pensar atividades, como seria o planejamento, quais recursos contar. Vai se criando uma comissão organizadora e alunos parceiros que ajudam de formas mais específicas. Um grupo bem pequeno de professores começam a se mostrar mais receptivos à ideia. E encontramos nos professores negros do Instituto, Abrahão e Luiza, apoio nessa construção, mas partindo de uma formação coletiva de decisões e escolhas.

Nesse período, já como parte da comissão organizadora, começou a ser questionada pelos corredores da universidade sobre o porquê da necessidade de construção desse espaço, de uma Semana Preta e Indígena. O tom se torna um tanto personificado, alunos e professores me interrogam. Alguns parecem não entender a necessidade desse lugar, outros só querem saber do que se tratava, sem muita ênfase. Havia quem (professores) me fizesse apelos acalorados sobre a falta de necessidade de se colocar pessoas negras e indígenas para trazer

seus saberes à universidade, visto que já haviam professores (brancos) com pesquisas na área.

Apartheid, rebelião, capricho... foram alguns dos adjetivos que eu ouvi. Utilizados para questionar a legitimidade desse movimento. Algumas pessoas pararam de falar comigo nesse processo. Teve quem se dissesse profundamente chateado pelo movimento que estava sendo realizado. Chateado comigo.

Para além dos encontros para organizar a Semana, pelos corredores havia muitas discussões sobre. As notícias que tive por alunos e professores foram que desde a primeira Semana essas discussões chegaram às salas de aula.

A Semana Paralela de Psicologia Preta e Indígena não é um movimento que pretende questionar um professor específico, é um movimento que interroga o sistema. O racismo institucional e estrutural. Não se baseia em questionamentos sobre a qualificação pessoal do corpo docente do Instituto de Psicologia da UFF/Niterói. Isso nunca esteve em pauta e não há o que ser questionado, mas sim o que as práticas afirmam e negligenciam.

Mas se por um lado as relações interpessoais ficavam mais complexas, a divulgação da semana ganhava proporção!

Grupos de alunos e coletivos negros de outras universidades do estado e do país fizeram contato para conhecer a proposta e pedir auxílio para virem à Semana. Até mesmo para inscrever trabalhos para apresentação, apesar de não haver, nessa edição, um espaço específico para isso.

Também tentamos articulações com outros campi, mais distantes de Niterói e, mediante a isso, foi possível receber estudantes negros de outras UFFs. O Coletivo de Negros da Psicologia em Volta Redonda esteve conosco durante toda a semana, foi criada uma organização para recebê-los.

Foi possível realizar contatos com algumas aldeias para que pudessem estar conosco, seja apresentando uma atividade ou seus trabalhos artesanais.

A presença de alunos secundaristas uniformizados circulando entre as atividades dava um tom diferente aos encontros. Se oficialmente não tínhamos nenhuma verba para execução da proposta, tivemos que criar meios de realizá-la. Foi preciso tecer uma rede para propiciar essa execução e acompanhar bem de perto, para que ela não se rompesse ao longo dos dias.

É importante salientar que nenhum dos nossos convidados cobrou para estar nesse espaço. Mas foi necessário para alguns uma ajuda de custo com transporte e alimentação. Para tal, recebemos algumas doações em dinheiro de alunos, funcionários, familiares de alunos e alguns poucos professores, que foi integralmente revertida.

Para receber alunos de lugares distantes, foi criado um esquema de acolhimento onde

estudantes do campus de Niterói, recebessem em suas casas estudantes que chegavam. Trazíamos de casa os lanches para as atividades e também recebíamos doações.

Durante cinco dias foram realizadas: oficinas, exposições, cine debates, almoço coletivo, palestras, capoeira, jongo, entre outras atividades

Todas, sem exceção, tiveram representantes negros ou indígenas falando sobre os seus e sobre si.

Figura 3: Flyer virtual de divulgação do 1º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta



Fonte: arquivo pessoal.

Descrição da imagem: imagem com um fundo branco e figuras geométricas na cor vermelho escuro, onde se encontram escritas as atividades e seus horários na cor branca. Na margem direita há referências geométricas indígenas também em vermelho escuro.

Figura 4: Flyer virtual de divulgação do 2º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta

TERÇA 5/06

PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

DE 12:00 ÀS 14:00	EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE: ALGUMAS PRÁTICAS EM SAÚDE DAS MULHERES-MÃES NEGRAS (COM ALMOÇO COLETIVO) COLETIVO FRENTE DE SAÚDE POPULAR/UFF ORLA DO CAMPUS GRAGOTÁ - ATRÁS DO BLOCO M
DE 14:00 ÀS 17:00	CINEDEBATE: EXPERIÊNCIAS MINORITÁRIAS EM QUESTÃO CURTAS - LÁPIS COR DE PELE; COMO FAZ PRA LAVAR? LUIA; TAMBOR: O CHAMADO DOS ORIXÁS ROSA ARIANDA, MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO, VICTÓRIA ROQUELIHAÇO E SÁBULO ADÃO ADILSON FRANCO E MARLENA AGRINO SALA 209 - BLOCO N
DE 17:00 ÀS 19:00	A NEGRA MULHER E O MERCADO DE TRABALHO: EXPERIÊNCIAS DE CORPOS NEGROS OCUPANDO ESPAÇOS SEM REPRESENTATIVIDADE THAYNÁ ALVES, ELENA WESLEY, MAYARA BARRETO E TAINARA CARDOSO SALA 209 - BLOCO N
DE 17:00 ÀS 00:00	FESTA SARRAUZINHO PARALELO ORLA DO CAMPUS DO GRAGOTÁ-ATRÁS DO BLOCO M
DE 19:00 ÀS 21:00	PODE(AO) PRETA(O) PENSAR? OLI O FACISMO DA PSICOLOGIA MIGUEL MARIMBONDO SALA 209 - BLOCO N

Fonte: arquivo pessoal

Descrição da imagem: imagem com um fundo branco e figuras geométricas na cor vinho, onde se encontram escritas as atividades e seus horários na cor branca. Na margem direita há referências geométricas indígenas também em vinho.

Figura 5: Flyer virtual de divulgação do 3º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta

QUARTA 6/06
PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

DE 11:00 ÀS 13:00	EDUCAÇÃO INDÍGENA: A DESCOLONIZAÇÃO COMO PROCESSO DE RUPTURA COM UMA ESTRUTURA MENTAL DE DOMINAÇÃO E ETNOCÍDIO DÁRIO JUREMA E MARIZE VIEIRA DE OLIVEIRA PILOTIS DO BLOCO N
DE 14:00 ÀS 16:00	ESQUETE TEATRAL: RELATO DAS TRÊS ALMAS DIREÇÃO: CAMPELLO; ELENCÓ: ERIK BARBOSA; ARIEL NASCIMENTO LETICIA RODRIGUES; WENDERSON MIRANDA PILOTIS BLOCO N COM-POR PRETAS: A EXPERIÊNCIA COLETIVA NO CUIDADO PARA E COM MULHERES NEGRAS COMO ESTRATÉGIA DE RE-EXISTÊNCIA MARIANA CARVALHO E KELLY AMARAL SALA 308 - BLOCO N
DE 16:00 ÀS 18:00	CONCEPÇÕES DA DEFICIÊNCIA EM MOÇAMBIQUE ANA LUISA CHILUVANE E MARCIA MORAES PILOTIS BLOCO N SUBALTERNIDADE E REPRESENTAÇÕES NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ROLF MALUNGO SALA 205 - BLOCO N
DE 18:00 ÀS 20:00	CINEDEBATE INDÍGENA COM O FILME GUARDIÕES DA MEMÓRIA ALBERTO ALVARES E ELIS TELES SALA 201 - BLOCO N

Fonte: arquivo pessoal

Descrição de imagem: imagem com um fundo branco e figuras geométricas na cor vermelho escuro, onde se encontram escritas as atividades e seus horários na cor branca. Na margem direita há referências geométricas indígenas também em vermelho escuro.

Figura 6: Flyer virtual de divulgação do 4º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta

QUINTA 7/06
PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

DE 14:00 ÀS 16:00	RACISMOS DIÁRIOS NO AMBIENTE ACADÊMICO: QUAL É O IMPACTO PSICOLÓGICO E POR QUE NOS ADOECE? COLETIVO PSICOPRETAS, JOANNA D'ARC BARBOSA BASTOS, ROBERTA DUARTE DOS SANTOS E ELIS VÉRAS PILOTIS DO BLOCO N
DE 16:00 ÀS 18:00	CONSIDERAÇÕES A UMA PSICOLOGIA PRETA LUCAS VEIGA SALA 203 - BLOCO N
DE 18:00 ÀS 20:00	OFICINA: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NA ACADEMIA GRUPO PRETO DE PSICOLOGIA IMÁRALE SALA 203 - BLOCO N

Fonte: arquivo pessoal.

Descrição de imagem: imagem com um fundo branco e figuras geométricas na cor verde, onde se encontram escritas as atividades e seus horários na cor branca. Na margem direita há referências geométricas indígenas também em verde.

Figura 7: Flyer virtual de divulgação do 5º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta

SEXTA 8/06
PROGRAMAÇÃO DE ATIVIDADES

AO LONGO DO DIA EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO INDÍGENA DA SOCORRO E DA LIA PILOTIS DO BLOCO N	
DE 11:00 ÀS 13:00	COMPREENDENDO O DIREITO A SAÚDE ENTRE O POVO INDÍGENA PUYANAWA JOSIMO CONSTANT PUHKU ORLA DO CAMPUS GRAGOATÁ - ATRÁS DO BLOCO M
DE 14:00 ÀS 16:00	DEBATE: A QUESTÃO INDÍGENA NA ACADEMIA CONVERSA SOBRE VIVÊNCIAS E ARTESANATO INDÍGENA SOCORRO; SANDRA BENITES E GUARANI NHANDÉWA PILOTIS BLOCO N
DE 16:00 ÀS 18:00	AÇÕES AFIRMATIVAS: UM DIÁLOGO SOBRE COTAS RACIAIS IOLANDA OLIVEIRA; STEFANIA PEREIRA; IRAPUÃ SANTANA RHUJANN FERNANDES SALA 203 - BLOCO N
DE 18:00 ÀS 20:00	JONGO: TRADIÇÃO E ANCESTRALIDADE SÍLVIO JUNIOR PILOTIS BLOCO N

Fonte: arquivo pessoal

Descrição da imagem: imagem com um fundo branco e figuras geométricas na cor laranja, onde se encontram escritas as atividades e seus horários na cor branca. Na margem direita há referências geométricas indígenas também em laranja.

3.2.3 III SEMANA ~~PARALELA~~ DE PSICOLOGIA PRETA E NDÍGENA (2019)

O ano de 2019 foi um ano em que as ressonâncias desses encontros se fizeram mais fortemente presentes. Ao longo dos meses, fui recebendo vários contatos, retornos sobre a experiência, convites.

Entre os contatos, recebo uma mensagem de uma aluna (negra) do curso de Psicologia do campus de Volta Redonda da UFF, Juliana Sampaio, que esteve presente na segunda edição da Semana, junto com o coletivo negro; ela me diz que, inspirada pela experiência que viveu em Niterói e juntamente com outros alunos negros, pleiteavam um espaço para que as questões raciais pudessem ser elaboradas na Semana de Psicologia no seu campus.

Algumas trocas se dão depois disto, e tenho então o prazer de estar com eles em uma mesa, na 8ª Semana de Psicologia de Volta Redonda: descolonizando saberes e produzindo possibilidades.

Já em Niterói, com o não acontecimento da semana clássica, discutimos a realização desse espaço, porque ocorreria num período concomitante com as aulas, e com o fim do semestre. Mas entendendo a importância política dessa realização, entendendo a construção como um caminho importante de um marco na continuação de um movimento, é decidido pela construção.

Não houve um tempo grande para a organização, e contávamos com um número menor de colaboradores, o que tornou possível construir algo que pudesse ser mais cuidadoso com a comissão de organização e com as pessoas de apoio.

A própria nomenclatura foi se modificando ao longo da experiência, que não veio pronta, mas que foi se construindo com os encontros. Nesse momento, as discussões em grupo não mais eram pautadas como um movimento paralelo, mas como um movimento de resistência com saberes localizados nos corpos pretos e indígenas, que já possui um lugar e assim, o termo paralelo é retirado.

E partindo de um desejo de ampliação do diálogo, de construir e ser constituído nos encontros e pelos encontros, nesse ano a maior parte das atividades ocorrem em diálogo com representantes indígenas e negros nas mesmas atividades. Foram organizados, ao longo de quatro dias, 15 atividades com temas que afetavam, mesmo que de formas particulares, ambos os grupos.

No ano anterior, as atividades indígenas e negras foram construídas de forma separada e havia um número muito superior de atividades com a população negra. Estreitar esse diálogo foi um processo muito importante, mas também bastante desafiador. O racismo contra

a população indígena e preta no Brasil ocorreu e ocorre com similaridades, porém com questões próprias.

E uma armadilha importante do racismo brasileiro é que, da maneira que se deu, a marginalização produziu rupturas importantes, ao longo dos anos, no diálogo entre o povos negros e indígenas. Fazer um movimento de aproximação considerando as diferenças foi um movimento de fundamental abertura para esses atravessamentos, de aprendizado e de manejo das angústias que disto provém.

Como nos anos anteriores, não possuíamos nenhuma renda oficial, mas através de doações foi possível realizá-lo. Foram dias de aprendizado, acolhimento e trocas.

Vale pôr em evidência que o anúncio de mais uma Semana gerou novas tensões nas relações. Alguns questionamentos eram relacionados a necessidade da construção de mais um evento deste, visto que a semana clássica não aconteceria. Parecia difícil a compreensão de ser um movimento que, por mais que coincidissem em tempo e espaço, não se pautava pelas questões da branquitude.

Figura 8: Flyer virtual de divulgação do 1º dia da III Semana Paralela de Psicologia Preta

1º DIA (11/11)
III SEMANA DE PSICOLOGIA PRETA E INDÍGENA UFF

MESA DE ABERTURA
9H ÀS 10H

LOCAL
 AUDITÓRIO IPSI
 BL N - 4º ANDAR

RESUMO: PORQUE INSISTIR NUMA SEMANA DE PSICOLOGIA PRETA E INDÍGENA E A RESPONSABILIDADE POLÍTICA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM ABORDAR TEMÁTICAS RACIALIZADAS NA ATUALIDADE.

Convidados
 Comissão Organizadora - Juliana do Nascimento, Gabriella Araujo,
 Mariana Aquino, Luiza Oliveira e Abrahão Santos
 Luciene Lacerda - 21 dias de Ativismo Contra o Racismo

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS
10H ÀS 12H

LOCAL
 AUDITÓRIO IPSI
 BL N - 4º ANDAR

Convidados
 O impacto do racismo na formação da identidade negra e infantil: desafios e construções - Alice Rodrigues
 Subjetividade Preta e Saúde mental: cuidados e resgates - Gleicy Souza
 Reflexo da identidade racial: a autodeclaração de cor/raça no ato da matrículas em escolas de fundamental em um município do Rio de Janeiro -
 Fernanda Reis

Comentadores: Roberta Massot e Juliana do Nascimento

RODA DE CONVERSA: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA
14H ÀS 16H

LOCAL
 AUDITÓRIO IPSI
 BL N - 4º ANDAR

RESUMO: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL E ANTIRRACISTA, VISIBILIZANDO E ADOTANDO REFERENCIAIS INDÍGENAS E NEGROS, RECONSTRUINDO A "SALA DE AULA" E O IDEAL DE EDUCAÇÃO.

Convidados
 Sandra Benites - Doutoranda em Antropologia Social
 Zilda Chaves - Escola Quilombista Dandara dos Palmares
 João Ticuna - Educação Indígena
 Rita Montezuma - PosGeo-UFF

Mediação: Luiza Oliveira

RODA DE CONVERSA: GENOCÍDIO E AS PRÁTICAS DE ESTADO
16H ÀS 18H

LOCAL
 AUDITÓRIO IPSI
 BL N - 4º ANDAR

RESUMO: UM DIÁLOGO SOBRE AS PRÁTICAS VIOLENTAS QUE COMPÕEM AS POLÍTICAS DE ESTADO SOBRE OS CORPOS INDÍGENAS E NEGROS. TRAGAM 1KG DE ALIMENTO NÃO PERECÍVEL COMO DOAÇÃO PARA ALDEIA MARACANÃ.

Convidados
 Mônica Cunha - Movimento Moleque
 Dário Jurema - Aldeia Maracanã
 Ana Maria Kariri - Arte-Educadora
 Joelson Santiago - Educafro

Mediação: Juliana do Nascimento

Fonte: arquivo pessoal.

Descrição da imagem: imagem com um fundo branco e margens pretas, com uma tarja amarela e algumas folhas, onde se encontram escritas as atividades e seus horários na cor preta .

Figura 9: Flyer virtual de divulgação do 2º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta

2º DIA (12/11)
III SEMANA DE PSICOLOGIA PRETA E INDÍGENA UFF

YOGA KEMÉTICA
9H ÀS 10H30

LOCAL
 AUDITÓRIO IPSIBL N
 - 4º ANDAR OU SALA
 501 N

RESUMO: ENCONTROS DA AYA - ENCONTROS COLETIVOS COM DIÁLOGOS E PRÁTICAS DE AUTOCUIDADO E YOGA.

Convidados
 Yasmin Queiroz
 Tomas Mariano
 Sofia Santana

Mediação: Gabriella Araújo

OFICINA DE ARTE INDÍGENA
10H30 ÀS 12H

LOCAL
 AUDITÓRIO IPSIBL N -
 4º ANDAR OU SALA
 501 N

RESUMO: CONVERSA SOBRE GRAFISMO INDÍGENA E OFICINA DE MIÇANGA. TRAGAM 1KG DE ALIMENTO NÃO PERECÍVEL COMO DOAÇÃO PARA ALDEIA MARACANÃ.

Convidados
 Julia Xavante - Professora de História da Arte e pesquisadora de Arte Indígena
 Ana Lúcia Guajajara - Artesã Guajajara
 Rita Índia - Artesã Indígena

Mediação: Gabriella Araújo

RODA DE CONVERSA: ORIGENS E IMPACTOS DO RACISMO RELIGIOSO
14H ÀS 16H

LOCAL
 AUDITÓRIO IPSI
 BL N - 4º ANDAR

RESUMO: DISCUSSÃO SOBRE O RACISMO PRESENTE NAS VIOLÊNCIAS CONTRA GRUPOS RELIGIOSOS DE MATRIZES AFRICANAS NO BRASIL.

Convidados
 Pai Roberto Braga - Tata Luazemi do Lumyjacaré Junçara
 Wany Britto - Zeladora de Orixás da Tenda Espírita São Cosme e São Damião
 Obalera de Deus - Cientista Social e integrante do Coletivo Nuvem Negra

Mediação: Abrahão Santos

RODA DE CONVERSA: A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS NO BRASIL
16H ÀS 18H

LOCAL
 SALA

RESUMO: A LUTA E A RESISTÊNCIA DE MULHERES INDÍGENAS E NEGRAS A PARTIR DE SUAS PRÓPRIAS PERSPECTIVAS, TERRITÓRIOS E HISTÓRIAS.

Convidados
 Patrícia Muniz - PPGP-UFF
 Marize Guarani - Feminismo Indígena
 Cristiane Malungo - Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do RJ e Marcha das Mulheres Negras
 Luacam (Socorro Borges) - Estilista e artesã

Encerramento com Carimbó

Mediação: Juliana do Nascimento

Fonte: acervo pessoal

Descrição da imagem: imagem com um fundo branco e margens pretas, com uma tarja amarela e algumas folhas, onde se encontram escritas as atividades e seus horários na cor preta .

Figura 10: Flyer virtual de divulgação do 3º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta

3º DIA (13/11)

<p>RODA DE CONVERSA: CUIDADOS EM SAÚDE PARA A POPULAÇÃO INDÍGENA E NEGRA</p> <p>9H ÀS 12H</p> <p>LOCAL AUDITÓRIO IPSI BL N - 4º ANDAR</p>	<p>RESUMO: REFLEXÕES ACERCA DAS ESPECIFICIDADES DA SAÚDE DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E NEGRAS NO BRASIL, AO LADO DAS PERSPECTIVAS DE SAÚDE A PARTIR DE SABERES TRADICIONAIS</p> <p style="text-align: center;">Convidados</p> <p style="text-align: center;">Jéssica - Ex-trabalhadora da Saúde Indígena Vaudinier Fortes Ticuna - Psicopedagogo Roberta Gondim - FioCruz Isabel Cruz - UFF</p> <p style="text-align: center;">Mediação: Juliana do Nascimento</p>
<p>RODA DE CONVERSA: SAÚDE LGBTQI</p> <p>14H ÀS 17H</p> <p>LOCAL AUDITÓRIO DO IPSI (BL N - 4º ANDAR)</p>	<p>RESUMO: ABERTURA COM O GRUPO DE TEATRO TRANSPARENTE/ DISCUSSÃO SOBRE A SAÚDE DA POPULAÇÃO INDÍGENA E NEGRA LGBTQI NO BRASIL</p> <p style="text-align: center;">Convidados</p> <p style="text-align: center;">Transparente - Coletivo de Teatro LGBTQI Tiko Arawak - Terapeuta Corporal Luana Pereira Moreira - Psicóloga Clínica, fundadora da Clínica Núcleo P.S.I. Militante nas pautas lgbtq+ e Feminismo Negro Théo Souza - Graduando em Serviço Social e administrador do Portal Transgênero Brasil Luiz Felício - Psicólogo no Ambulatório Municipal de Atenção à Saúde da População Trans</p> <p style="text-align: center;">Mediação: Gabriella Araujo</p>
<p>RODA DE CONVERSA: A SÉTIMA ARTE E OS CORPOS NEGROS</p> <p>17H ÀS 19H</p> <p>LOCAL AUDITÓRIO DO IPSI (BL N - 4º ANDAR)</p>	<p>RESUMO: APRESENTAÇÃO DO CURTA FRANCISCA. E DISCUSSÃO SOBRE REPRESENTATIVIDADE E PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA NEGRA. COM A PARTICIPAÇÃO DA PRODUTORA DO CURTA.</p> <p style="text-align: center;">Convidados</p> <p style="text-align: center;">Luandeh Chagas- LuaH Produtora/IFRJ Karla Muniz - atriz/ CAL Erickson Amaral - CEFET</p> <p style="text-align: center;">Mediação: Thayná Alves e Juliana Nascimento</p>

Fonte: acervo pessoal

Descrição de imagem: imagem com um fundo branco e margens pretas, com uma tarja amarela e algumas folhas, onde se encontram escritas as atividades e seus horários na cor preta.

Figura 11: Flyer virtual de divulgação do 4º dia da II Semana Paralela de Psicologia Preta

4º DIA (14/11)
III SEMANA DE PSICOLOGIA PRETA E INDÍGENA UFF

RODA DE CONVERSA: OLHARES SOBRE MASCULINIDADES NEGRAS
9H ÀS 11H

LOCAL: AUDITÓRIO DO IPSI (BL N- 4º ANDAR)

RESUMO: ENCONTRO DE PONTOS DE VISTA SOBRE A MASCULINIDADE DE CORPOS NEGROS

Convidados:
Rolf Malungo - Antropólogo (UFF)
Leandro - Projeto Bixas Pretas
Rodrigo Souza - Psicólogo

Mediação: Juliana do Nascimento

ENCONTRO ABERTO DO ENUFF
11H ÀS 13H

LOCAL: AUDITÓRIO DO IPSI (BL N- 4º ANDAR)

ENCONTRO DE PROFESSORAS/RES NEGRAS/DS, ATIVISTAS E MILITANTES ANTIRRACISTAS/UFF (ENUFF)

Mesa: O ENUFF e as cotas.

Mediação: Abrahão Santos

APRESENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DOS ALUNOS COTISTAS NEGROS DA PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
14H ÀS 18H

LOCAL: AUDITÓRIO DO IPSI (BL N- 4º ANDAR)

-Fala da Coordenação de Pós-Graduação PsiUFF (Luiza Oliveira e Ana Cláudia Monteiro)

- Eixo 1: *Racismo e Psicanálise*
Convidados: Jefferson Nascimento e Winnie Calvosa.
- Eixo 2: *Racismo e Educação*
Convidados: Aline Silva e Ana Paula Venâncio.
- Eixo 3: *Racismo e Saúde*
Convidados: Juliana do Nascimento e Sady Marchesin.
- Eixo 4: *Negritude e Novas Produções Epistêmicas*
Convidados: Hugo Bonfim, Nilson Oliveira e Thaiane Teixeira.

ENCERRAMENTO
18H

LOCAL: PILOTIS DO BLOCO N

RESUMO: PROJETO DE EXTENSÃO "EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM JOGO" E OFICINA DE CACURIA

Convidados:
Claudia Foganholi - Coordenadora do projeto
Julio César da Silva - Graduando em Educação Física e Bolsista do projeto
Ariele Silva de Azevedo - Colaboradora
Ingrid Corrêa - Colaboradora

Fonte: acervo pessoal

Descrição de imagem: imagem com um fundo branco e margens pretas, com uma tarja amarela e algumas folhas, onde se encontram escritas as atividades e seus horários na cor preta.

3.3 Um Movimento em movimento.

A Semana de Psicologia Preta e Indígena é um movimento que não se baseia num processo para contrapor os professores do Instituto de Psicologia da UFF/Niterói. É um movimento que emerge a partir da necessidade de existir dos corpos negros e indígenas que existiam naquele espaço. E da necessidade de se enfrentar o racismo institucional, estrutural e epistemológico.

Para a população que sofre o genocídio, a perspectiva de tentar sobreviver parece o único caminho. Toda a estrutura social leva a uma experiência de sobrevivência e isso se repete na Academia. Construir um caminho onde se possa existir, num ambiente cercado pelo racismo é um movimento violento.

Se durante a graduação fui lidando com as violências que o racismo estrutural produzia, num processo de silenciamento e mortificação, quando participo, proponho e pauto o racismo de forma que atravesse algumas relações, as violências ganham uma dimensão outra. Algumas relações que eram minimamente possíveis de aproximação, simplesmente não tinham mais como ocorrer; algumas pessoas me acusavam de estar causando uma divisão na Psicologia e provocando um mal estar coletivo. Parecia que a minha presença era o epicentro de abalos sísmicos, às vezes me gerava um sentimento de *persona non grata* em alguns meios, o que tornava tudo muito cansativo. E a universidade é hierarquizada. E eu sou aluna. E isso atravessa. Mas como uma mulher preta, retinta, favelada, esses sentimentos não me eram pouco familiares.

Essas tensões diretas começaram no final da minha graduação e início da pós-graduação, momento onde já havia um número significativo de alunos cotistas e alunos cotistas negros, e essa perspectiva de uma organização coletiva tinha outra configuração.

Alguns professores estavam em um processo de abertura para o debate racial, isso aparecia nas salas de aula e no posicionamento referente à realização da Semana.

Acredito que a construção desse movimento se fez possível porque havia uma construção coletiva. Mesmo que a comissão organizadora fosse um grupo menor, havia um encontro com outros corpos que possibilitaram a construção. O que não significava que as dinâmicas eram sempre cuidadosas, não havia um modo de se fazer, íamos aprendendo com os erros e acertos, íamos testando e nos permitindo ser afetados nesse processo. E nem todos os afetamentos produziam uma expansão de vida.

No Segundo ano da Semana, essas questões internas de grupo se fizeram mais presente: em sua maioria o grupo era formado por mulheres; no entanto, isso não

impossibilitou que tenhamos experimentado situações onde práticas que possam ser consideradas machistas ocorressem. O que gerava um desgaste psíquico significativo, mas apesar disso seguimos com o processo de construção. Durante o acontecimento da Semana, o rompimento com esse sufocamento ocorreu, o que permitiu que pudéssemos viver aquele processo sem lidar com assédios, silenciamentos e opressões.

Dar luz a esses acontecimentos é trazer a necessidade de pensar uma construção em coletivo que seja cuidadosa. Mas, é importante destacar que o movimento não é pautado por uma separação de gênero. A questão principal é e sempre foi racial, porque raça antecede a tudo. Entretanto, a sociedade ocidental separa e define lugares sociais partindo dessa questão, e isso produz opressões e mortes outras.

Nesses tempos, também era impossível circular por aquele espaço e não ouvir relatos de outros alunos, alguns que eu não conhecia, sobre questões e tensões raciais nesse ambiente acadêmico. Havia quem viesse apenas para compartilhar o que estavam estudando e como haviam conhecido referenciais através desses eventos. Relatos de sujeitos que haviam escolhido a UFF para iniciar ou continuar seus estudos em Psicologia, por ver nesse terreno uma possibilidade, embalados pelas discussões que haviam presenciado na Semana.

Em 2020 fomos atravessados pelo início da pandemia, o início do isolamento social e em consequente com o fim dos encontros presenciais. Sendo assim, 2019 foi a última edição.

Durante esse tempo, tive algumas notícias, por laços que foram construídos nesse processo, de atividades e Semanas de Psicologia Preta sendo construídas em outras universidades, em outros estados. No campus de Volta Redonda realizaram a segunda edição pautando questões raciais, o que gerou até a produção de anais.

Trazer essas ressonâncias é explicitar que o movimento da Semana da Psicologia Preta e Indígena se faz vivo e vibrante em outros corpos, em outros lugares, com outras nomenclaturas, com outras formas de fazer. Não como uma continuação, mas como algo à parte. Vivo. Tenho muito certo que a construção desse movimento, só foi possível mediante cada sujeito que esteve participando: com doações financeiras, alimentícias, materiais, afetivas, de serviços, de tempo... E de colo, porque esses enfrentamentos cansam, doem, desanimam e é vital ter lugares de cuidado.

Esse movimento é algo para além de mim, Juliana do Nascimento, negra mulher psicóloga e de toda a comissão organizadora, cujo aconchego e parceria se deu desde o primeiro evento. E cada uma pode viver esses processos de formas diferentes, com os atravessamentos de seu corpo.

Capítulo 4: A academia e as dimensões da violência racial.

“Eu não sou contra as cotas, nunca fui. Eu me preocupo com o programa. Para eles (cotistas) entrarem, precisam no mínimo saber escrever direito” Esta frase, pronunciada por uma professora, ecoa em meio a um grupo de pesquisadores. Respondo: “Mas, as pessoas que entram sabem escrever, elas estão formadas. Fizeram um TCC”. Uma pausa curta se segue, ela olha para mim e pergunta: “- Quanto você tirou no TCC?” Digo “10”. Segue um denso silêncio. Eu era a única pessoa negra presente. Eu era a única cotista. Eu fui a única pessoa que ela perguntou sobre a nota. Assim, inicia a minha primeira anotação após entrada no programa de Pós-Graduação em Psicologia . Minha entrada como parte do eles. Novamente. E como sempre.

Lembro-me bem de uma experiência escolar, acho que foi no meu primeiro ano nesse sistema, que se baseava em semear um carocinho de feijão em um potinho de iogurte. Acredito que seja uma experiência simples e bem comum no ambiente escolar, que se inicia no processo de escolha de um único carocinho de feijão, em meio a tantos outros no pacote. E esse carocinho escolhido será envolvido em um pedaço de algodão molhado, que deverá ser regado ao longo dos dias. Não muito, mas o suficiente para deixá-lo úmido a ponto de fornecer água que permeasse a casca e fizesse o feijãozinho germinar. Era preciso também pensar no ambiente, que fosse um ambiente iluminado, mas não com muita luz direta. Além dos fatores biogenéticos interligados, o quanto se regava também interferia nesse desenvolvimento. Não era de qualquer jeito, havia a necessidade de organizar condições favoráveis.

Quando falamos em sementes, de uma certa forma está intrínseco ao desejo de crescimento, de florescimento, de desenvolvimento, de continuidade. Pensar movimentos que tentam perfurar estruturas e seus desdobramentos como sementes é considerar a viabilidade de continuação e expansão de transformações significativas.

O diálogo que abre esse capítulo nos dá, mesmo que de forma breve, um exemplo de ambiente, de semente e de condições de germinação. O ambiente é a academia, a semente é a entrada de estudantes cotistas e as condições de germinação são as relações atravessadas pelas questões raciais, pelas questões de poder e de subjugação de outros sujeitos não brancos. Nessa perspectiva, sujeitos negros. E evidencia os aspectos de racismos presentes nessas relações.

Quando se ouve uma frase como a exposta no diálogo inicial: “ *Eu não sou contra as*

cotas, nunca fui. Eu me preocupo com o programa. Para eles (cotistas) entrarem, precisam no mínimo saber escrever direito". E essa frase exemplifica nuances da violência praticada nos atos de racismos. O que está em jogo não é um questionamento sobre o nível de alfabetização de um sujeito que passou pela graduação, participou de um processo seletivo e foi aprovado para a pós-graduação. Não é desse lugar.

Por um lado, questiona a legitimidade da aplicação das ações afirmativas, a legitimidade de acesso de um grupo racial a lugares sociais que foram costurados ao longo dos anos para um grupo dominante. Visto que a sociedade brasileira carrega ainda no imaginário a perspectiva do negro como escravizado, cujo senhor delimitava quais possibilidades ele poderia ter ao longo da vida.

Os escravos sabiam que o senhor era o dono de suas vidas, seu senhor, aqueles que decidiam se ele merecia viver ou não, se estavam prontos para construir família, se podiam ficar com os próprios filhos ou se estes seriam vendidos como cestas de frutas. O patrão deliberava sobre tudo o que se relacionasse as suas vidas e mortes com mais poder do que Deus e do que todos os santos dos quais o vigário falava aos domingos. (CÁRDENAS. 2010, p.23).

Por outro lado, se apoia em uma perspectiva eugenista de inferioridade de raças. Mesmo considerando que o sujeito cotista tenha feito os mesmos caminhos acadêmicos, entendendo que as trajetórias são diferentes mas a estrutura acadêmica e as etapas escolares tendem a ser similares, não se considera que esse outro tenha esse mesmo lugar de igual. Não importa se eles estão formados e fizeram um TCC, eles não são brancos. E não há currículo Lattes que dê conta da questão da cor.

Essa perspectiva de inferioridade racial será invocada quando qualquer movimentação se apresentar como uma ameaça ao sistema. Uma ameaça proveniente dos corpos que deveriam estar submetidos. Cada movimentação é vista como um princípio de revolta, ela incita no racista o desejo de combatê-la. Talvez invoque alguma memória escravocrata. E esse combate surge, seja numa perspectiva coletiva ou pontuando de forma individual: "Mas as pessoas que entram sabem escrever, elas estão formadas. Fizeram um TCC". Uma pausa curta se segue, ela olha para mim e pergunta: "Quanto você tirou no TCC?".

De acordo com Carlos Moore (2007) o racista vai se posicionar ferozmente contra alguma iniciativa que abale o *status quo* sociorracial, se valendo de toda sorte de argumentos universalistas, integracionistas e republicanos, que o mito da democracia racial possibilitar de repertório. Não há interesse no que isso provoca no outro, nem as inúmeras violências praticadas para se manter esse sistema. Quaisquer manifestações que tentem atravessar essa densidade, vão provocar uma manifestação violenta contrária.

O racista é imune a tudo quanto não sejam as razões para a manutenção dos privilégios unilaterais que desfruta na sociedade. O racismo retira a sensibilidade dos seres humanos para perceber um sofrimento alheio, conduzindo-os inevitavelmente à sua trivialização e banalização. Essa barreira de insensibilidade, incompreensão e rejeição ontológica do Outro encontrou, na América latina, a sua mais elaborada formulação no mito ideologia da "democracia racial". (MOORE. 2007. p. 23).

O fim do processo de escravização, e conseqüentemente nenhuma movimentação de reparação direta a fim de propiciar equidade à população liberta, impulsionou uma perpetuação psíquica e social de aspectos escravizantes. E um dos desdobramentos dessa perspectiva velada de lidar com a violência racial, ao longo do processo histórico, foi a transferência dos componentes psico-socio-culturais para os herdeiros da herança colonial, a branquitude, mantendo uma perspectiva escravagista no olhar para sujeitos negros (NASCIMENTO, 1983).

O racismo é um sistema violento que se retroalimenta na violência. E como violência podemos pensar inúmeros movimentos, até os que em tese não são diretos, porque violência também é o desemprego, a falta de acesso a lazer, moradia, saúde, falta de perspectiva, fome... E a falta de possibilidades de construir outros caminhos, acessar lugares anteriormente não ocupados.

Uma das violências que considero mais significativas, que atravessam os corpos negros, é e foi a tentativa de apagamento de sua história. E a tentativa de construção de uma memória que os colocassem em uma posição de mercedores do calvário da escravização que foram afligidos. Há toda uma construção social para que isso seja reafirmado constantemente. E a escola funciona de uma forma eficaz nessa produção. Pensar os anos escolares para mim, é ser remetida também à imagem do homem preto nu, açoitado, como na imagem de Debret.

Os "Negros educados" têm a atitude de desprezo em relação ao próprio povo, porque em suas escolas, bem como nas escolas mistas, os Negros são ensinados a admirar os hebreus, os gregos, os latinos e os teutônicos e a desprezar os africanos. (WOODSON, 2021, p. 13).

Obviamente, considero que ao longo desses últimos anos mudanças tem ocorrido, como a Lei nº 10.639, de 2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), (lei nº 9.394 de 1996), incluindo a História da África e a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como temas obrigatórios nos âmbitos dos currículos escolares. Na época dessa aprovação, eu ainda estava na escola, no ciclo do fundamental, mas essa implementação não alcançou os meus anos escolares.

Lembro de uma professora que, nos seus ímpetos de destilar seu racismo, dizia que a faculdade era a possibilidade de ser alguém na vida, mas a maioria não iria conseguir. Me parecia absurda a perspectiva da faculdade como um único “bom caminho”, como o caminho para “ser alguém”. As pessoas que eu admirava na vida, não haviam pisado nesse lugar e em casa não se colocava isso como uma necessidade. Para os meus pais era preciso que eu escolhesse um caminho que fosse bom para mim e me responsabilizasse por ele, mas deveria aproveitar as oportunidades do meu tempo, que eles, que os meus ancestrais me proporcionaram.

É preciso fazer um adendo: as palavras proferidas pela professora citada acima eram direcionadas a alunos de uma escola pública no município de São Gonçalo, numa turma onde a maioria presente eram adolescentes negros do Ensino Fundamental.

Ademais, a escola parecia uma representação do negro da casa grande e do negro da senzala. Quem conseguia assimilar e reproduzir o que o sistema impunha, poderia talvez comer das migalhas que caem do seu sinhô dentro da casa grande.

Lutando, muitas vezes, contra a maré da dominação, o negro foi, aos poucos, conquistando espaços que integravam à ordem social competitiva e lhe permitiam classificar-se no sistema vigente de classes sociais. A ascensão surgia, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova insofismável dessa inserção. Significava um empreendimento que, por si só, dignificava aqueles que o refizesse. E mais: retirando-o da marginalidade social, onde sempre estivera aprisionado, a ascensão social se fazia representar, ideologicamente, para o negro, como o instrumento da redenção econômica, social e política, capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional. (SANTOS, 1983, p. 19).

A entrada na universidade vem dessa perspectiva, onde é preciso reproduzir um sistema branco. A oralidade constitui o corpo africano diaspórico e as manifestações corporais o embalam. A memória é invocada nos processos de constituição desse corpo africano. Mas, o sistema de entrada e manutenção na academia tenta a todo momento romper com essa vitalidade e sobrecarregar com o saber do branco, sobre o branco, na perspectiva do branco, na forma do branco. O que nos interroga, parafraseando Ponciá Vicêncio de Conceição, *o que o negro vai fazer com o saber e o modo de fazer do branco?*

Pajem do sinhô-moço, escravo do sinhô-moço, tudo do sinhô-moço, nada do sinhô-moço. Um dia o coronelzinho, que já sabia ler, ficou curioso para ver se negro aprendia os sinais, as letras de branco, e começou a ensinar o pai de Ponciá. O menino respondeu logo ao ensinamento do distraído mestre. Em pouco tempo, já reconhecia todas as letras. Quando sinhô-moço certificou-se de que o negro aprendia, parou a brincadeira. Negro aprendia sim! Mas o que o negro ia fazer com saber de branco? (EVARISTO, 2007, p. 15).

4.1 Disputas de Narrativas

Certo dia, retornando de uma reunião de colegiado da pós (uma reunião muito intensa, por sinal), parei para ler um pouco mais de “Ideias para adiar o Fim do Mundo” (2019) de Ailton Krenak. Eu não costumo ter uma leitura muito linear, às vezes eu vou-volto-revolto-transbordo. Nessa leitura havia um trecho escrito que dizia o seguinte: “é importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção [...]” (KRENAK. 2019, p. 27). Fiquei um tempo presa nesta frase, assim que a li.

Recordei-me da época da escola, quando aprendi que metáfora era uma figura de linguagem onde se emprega sentidos figurados, que tem algum tipo de aproximação com o que se quer dizer. Você não diz diretamente, mas substitui pelo que os ouvidos mais se agradam. Relembro que o exemplo utilizado era uma frase célebre de Camões “amor é fogo que arde sem se ver”. De uma certa forma a mensagem é passada, mas, as palavras empregadas em metáforas não estão na sua “posição real”, no seu sentido literal, elas estão sendo transformadas, modificadas e empurradas para caber em um contexto que não é o seu contexto.

Entretanto, na fricção não cabe esse fazer existir dentro de um contexto que não é o seu. O ato de friccionar irá produzir atrito e não há como ignorar isso. O atrito é a força que se opõe ao movimento. Ele é produzido pelo/no encontro de corpos que se esfregam, que se aproximam, que vivem a experiência do encontro com o outro. Em uma sociedade cujos lugares sociais são atravessados pela questão racial, com uma ideologia branca dominante, esse atrito é inerente às relações.

Saliento que neste trabalho, partimos sempre da perspectiva de que a negritude de um sujeito antecede as suas experiências no mundo. Assim como, também para um sujeito indígena.

Viver a experiência de seu corpo, não tentando caber em lugares que lhe são empurrados, se decepando, amordaçando, estrangulando é viver a experiência de uma circulação atravessada por inúmeras micro e macro violências. Na nossa sociedade, a narrativa dominante não compreende a existência de outros corpos na posição de igual. O racismo não possibilita a coexistência de outros corpos como sujeitos dominantes e autônomos.

Manter um segmento, um grupo subjugado dessa forma é investir em modos de dominação, e em inúmeros meios de violência que se expressam nas condições sociais

desfavoráveis, na violência e morte realizada pelo Estado e nos impactos na construção subjetiva .

O que impele a uma necessidade não somente de um olhar para si, quanto para o outro, para os seus pares, para uma avaliação dos processos constitutivos. É um analisar que tensiona as práxis existentes, que tendo um direcionamento voltado para ciências euroamericanas, refreia a formação de epistemologias que se localizem numa experiência partindo dos povos negros e indígenas. (OLIVEIRA & SANTOS, 2021).

O esquadrihar sobre a vida do negro, sempre existiu. Mas como continuação da posição de objeto, catalogado, dissecado e amordaçado. Como objeto, não cabia ao negro questionar, pontuar e negar. Exemplificando aquilo que o Guerreiro Ramos dividiu entre negro-tema e negro-vida. O branco construiu a perspectiva de raça e, ao longo dos anos, manteve os negros como tema, e nessa posição não cabia e nem cabe a existência. A vida é como um recorte. Todavia, como pulsão de vida tensionando e se fazendo coexistir, cria-se uma potência de construção e condições de embates.

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados "antropólogos e "sociólogos". Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro- vida (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 215).

Quando Guerreiro Ramos diz que “o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio” ele traz a dimensão da necessidade da construção de um olhar para si, partindo desse lugar localizado no corpo negro. O que dialoga com a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza (1983), que traz que ser construído pelo seu próprio discurso sobre si é uma forma de produzir autonomia. É a possibilidade de um sujeito negro se reconhecer e produzir sobre o negro partindo de um olhar que não seja o proveniente da narrativa branca escravocrata que o prende e o aliena.

Conforme Fanon (2008), para que haja de fato uma “autêntica desalienação” é necessário um afastamento da perspectiva branca dominante de plano subjetivo, mas também objetivo. Um processo ativo de conscientização racial que convoque os sujeitos a movimentos mais direcionados, a uma construção singular e voltada a atos. Não basta apenas entender como se organizam as dinâmicas raciais, é necessário que essa compreensão se materialize.

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar

sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA. 1983, p. 18).

Para Nobles (2007), há no corpo negro um desejo intrínseco de ser africano e livre, o que ele intitula como pulsão palmarina (que faz referência a Zumbi dos Palmares). O desejo de uma liberdade dos grilhões de uma colonização que atravessa o corpo e o psiquismo, que ao mesmo tempo anseia por uma expansão; mesmo diante de movimentos contrários. E que há no retorno, na observação da vida, na busca de memórias, possibilidades ímpares de reconstrução.

O mundo branco sempre tentou roubar e desacreditar-nos de nossa história. Eles nos dizem que Tut-Ankh-Amen, um rei do Egito, que 'civilização do Egito e dos Faraós não era de nossa raça, mas isso não torna a verdade irreal. Todo estudioso de mente imparcial, sabe que o Negro uma vez governou o mundo, exatamente quando homens brancos e bárbaros viviam em cavernas, que milhares de professores Negros naquela época ensinavam nas universidades de Alexandria, então a sede da aprendizagem; que o Antigo Egito deu à civilização mundial e que a Grécia e a Roma roubaram o Egito de suas artes e cartas, e tomaram todo o crédito para si. (GARVEY. 2017, p.122).

Neste sentido, é preciso formar um outro olhar, que não seja permeado por uma adoração a branquitude, e por um desejo de ser balizado por uma experiência de corpo que não é negro, que não é o seu corpo.

Ao examinar o povo africano em toda a diáspora, poder-se-ia dizer que, coletivamente, precisamos "voltar atrás e reconstituir o que esquecemos". Eu diria ainda que o que nós, coletivamente, esquecemos ou, de modo mais preciso, o que nosso opressor tentou esvaziar de nossa mente foi o significado de ser africano. Também acredito que, embora tenha sido pavoroso o ataque contra o senso de ser dos africanos, ele não conseguiu destruir o africano dentro de nós. Entretanto, alterou a percepção ou a crença em nosso senso de africanidade intrínseco; e esse senso alterado de consciência é o problema fundamental dos africanos e afro-americanos e diaspóricos. (NOBLES. 2007, p. 277).

E constituir e impulsionar mecanismos que nos ajudem a termos as nossas próprias referências de mártires, de fé, de perspectivas sociais, culturais e políticas (GARVEY, 2017). Possibilitando a construção e propagação de um conhecimento que olhe verdadeiramente para as demandas dos sujeitos para os quais se miram. Saindo de uma perspectiva cujo único destino existente para o negro seja o branco. (FANON, 2008).

Pensar essa autonomia de construção de uma perspectiva de vida, também perpassa pelas possibilidades de transformação e modificação dos espaços em que se circula, nas referências que se utiliza. Quando Conceição Evaristo emprega o termo *escrivência*, fazendo ode ao canto, a escrita das mulheres negras, das mães pretas e das mães pretas escravizadas é realizado um movimento de retorno à experiência preta ancestral, para se

pensar a experiência preta/ negra na atualidade, que foi ressignificando ao longo dos anos as experiências.

É um projetar, observar e absorver da vida delineando uma outra perspectiva de mundo. A escrevivência viabiliza a escrita sobre uma outra ótica de pensar o corpo, esse corpo atravessado pelo continuum, pela pulsão palmarina. É um meio vibrátil para narrar as experiências sobre o que foi elaborado nos encontros.

Todavia, é uma experiência difícil, que rompe com uma continuação de processos internalizados e massivamente engessados ao longo dos anos escolares. É uma escrita pulsante e dolorida, ela se mistura às marcas do corpo, reflete a imagem, mas pulsa a energia de muitas vozes, de muitos tons. Tons de preto. Ela entra em contato com os afetos que nos atravessam, que atravessam o outro, as tensões provenientes da existência, os saberes ancestrais, os gritos presos na garganta, os encontros espirituais, os sentimentos para os quais não se encontram palavras. Mas nessa construção, encontram um caminho de acolhimento.

Rosane Borges (2020) nos diz que “a escrevivência é um princípio conceitual-metodológico com potencial para suportar a narrativa dos excluídos, uma vez que considera as várias matrizes de linguagem para tecer memória e construir história” (BORGES, 2020, p. 189).

Por conseguinte, a escrevivência rompe com a narrativa dominante. Desta forma, quando Conceição Evaristo (2020) escreve sobre o que é para ela a escrita, e a nomeia, mesmo que o desejo não seja o de conceituar, isto se torna uma perspectiva metodológica; há a construção de uma disputa de narrativa, uma disputa subjetiva, uma disputa epistemológica baseada na análise de um corpo negro, neste caso de uma mulher preta, sobre uma existência negra.

Na Diáspora forçada, fugindo à coisificação imposta pela escravização, os africanos e afrodescendentes costuraram e teceram identidades e, a partir da memória, reorganizam suas vidas desenhando novas configurações culturais advindas da sua situação em terras estrangeiras. (SANTOS, 2007, p. 30).

Entender a escrevivência como caminho metodológico para este texto é reconhecer que o exposto aqui presente, não se trata apenas de um livre relato sobre acontecimentos passados pessoais e coletivos. É uma aposta de construção acadêmica, que não tenha no seu cerne os alicerces de uma metodologia etnocêntrica. É um processo de produção subjetiva e de autonomia, para além das referências e do repertório metodológico fixado para pensar os processos internos e externos, que parte da falta da brancura para pensar o outro. Neste

trabalho, não cabe as metodologias e enquadramentos eurocêntricos, porque são relatos sobre uma experiência negra no mundo, que não está aberta a ser catalogada, e esmiuçada por uma perspectiva que não abranja as potencialidades, e as forças atuantes nesse processo de um resgatar-se e recriar-se de um corpo preto. Tanto no âmbito individual, quanto no coletivo.

Mas pensar a possibilidade de criação por um outra viés, faz ressonâncias à entrada de uma população atravessada por outras perspectivas nesse território que é a academia, historicamente possuído pela classe dominadora.

O caminho de libertação para a população negra não virá do outro, ele sempre foi forjado nas lutas ancestrais. E parte principalmente de uma liberdade de pensamento, numa produção subjetiva não colonizada. “Só existe uma maneira de ser independente. Só existe uma maneira de ser livre. Não é algo que alguém vai dar a você. É algo que você agarra” (X. 2017. p. 206).

O conhecimento livre e germinal pode produzir libertação e não é interesse da classe repressora que ele seja acessível. O que é oferecido é uma história manipulada, reproduzida incansavelmente, repetida tantas vezes que se torna verdade; um exemplo é a frase “o negro descende de escravos”. Beatriz Nascimento, no documentário ‘O negro da Senzala ao soul’, ressalta que a história que aprendemos do Brasil pelo branco é escrita de uma forma deturpada, que não evidencia os processos de luta e liberdade que existiram nos anos de escravização, e que encontravam, nos quilombos, lugares onde o negro poderia viver a sua humanidade, independentemente de ser alforriado ou não. Na nossa sociedade estruturalmente racista, toda a luta ancestral é apagada e isso em várias esferas, como na acadêmica.

É um apagamento que constrange, violenta e mortifica. E na sociedade como um todo, há uma perda inimaginável. Santos & Oliveira (2021) dissertam que esse apagamento age como um movimento de corte da memória de outros povos negros, indígenas e quilombolas), assim como impede a configuração de uma ciência brasileira, produzindo um “bloqueio cognitivo epistemológico”. (SANTOS & OLIVEIRA, 2021. p. 252). A esta ação, o sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul, Boaventura Sousa Santos chamou de epistemicídio, que é um reflexo ao domínio imperialista sobre os outros povos e sua produção de conhecimento (GARIGHAN, 2021). Consoante ao exposto, Sueli Carneiro em uma entrevista para serrapilheria disse:

O epistemicídio são todas essas práticas ou que nos nega ou que nos expropria da condição de sujeitos de conhecimento, de produtores de cultura, de conhecimento, de ciência. Todo esse procedimento de negar ao outro, como sujeito cognoscente produziu uma redução de um horizonte possível de conhecimento. (CARNEIRO,

2015, entrevista para serrapilheria)

Na minha família, enquanto nos lembrarmos das pessoas e dos acontecimentos, os manteremos vivos ao longo dos anos. Toda comemoração, em algum momento, falamos sobre quem já fez a passagem, relembramos os aspectos importantes de quem foi esse sujeito no mundo, o que nos deixou. A morte vem quando vem o esquecimento. Desta forma, o apagamento e invisibilidade da produção de sujeitos negros tem um caráter cruel de mortificação.

Fazer o processo de aprender e conhecer mais sobre o saber negro diaspórico, africano, indígena traz tanta riqueza, que é uma lástima a perda incalculável de conhecimento que poderia ser utilizada nos mais variados campos. Abriria a possibilidade de diálogos mais amplos, da produção do novo, de um olhar mais cuidadoso para o outro, para a natureza, para o mundo. Entendo que não é por ingenuidade, é projeto. Todavia, o racismo além de assassino e violento, é tolo.

Considerações Finais

sankofa: se wo were fi na wo sankofaa yenkyi / se você esquecer não é proibido voltar atrás e reconstruir (NOBLES.2007. p. 277).

A minha relação com as letras começa na minha mãe, com a minha mãe e permanece nela, por ela e com ela. É a partir dela que esse mundo, que essa relação começou a ser tecida e fora da minha casa, é pelas mãos negras da tia Rosângela que consigo adentrar naquele espaço chamado escola. E essa construção é permeada pela entrega, pelas memórias e pelo corpo de mulheres pretas.

E desde então, uma relação composta de tensões vai se arquitetando nesse meio acadêmico, até culminar nos tempos atuais. O meu percurso traz a singularidade dos meus caminhos, dos meus afetos, das minhas afecções; no entanto, traz também a dimensão de processos estruturais, que começam antes de mim: a impossibilidade da minha mãe em ter uma infância que não fosse atravessada pela falta de acesso e ao trabalho; aos inúmeros casos de racismo direto que meu pai enfrentou na escola; aos meus avós maternos que nunca frequentaram esse ambiente e não tinha nas letras uma referência, aos meus ancestrais escravizados. Bem como a dimensão de uma construção coletiva histórica que se desenrolou no Instituto de Psicologia da UFF/ Niterói, mas que não esteve somente ali.

Assim como a luta do movimento negro por liberdade, ao longo dos anos, construiu processos de libertação, uma construção coletiva que se desenrolou no Instituto de Psicologia da UFF/ Niterói compeliu alterações significativas nas questões étnico- raciais dentro Instituto e na produção do saber Psi. E tem na entrada de estudantes cotistas na graduação e pós, o encontro entre corpos pretos dentro daquele espaço, a combustão para a construção de um processo de transformação. Os questionamentos e as lutas vivenciadas no plano individual puderam encontrar em seus pares uma ressonância, um acolhimento para irrupção .

Pautar a necessidade de outros corpos na universidade, é apostar e investir na produção de saber que parta de outros referenciais, para um investimento num processo de desalienação. Há uma célebre frase, referenciada a Harriet Tubman, uma negra mulher abolicionista norte-americana, “ *Libertei mil escravos. Poderia ter libertado outros mil, se eles soubessem que eram escravos*”. Por mais que a questão racial atravesse toda a estrutura socioeconômica de um sujeito que apresenta a marca da cor, enquanto o referencial a ser desejado, imitado, reproduzido e procurado for o branco, se manterá as atas da colonização subjetiva.

Obviamente, entendo que não é todo sujeito negro que irá produzir perpassando as

questões raciais, nem que todos queiram estar na academia. Mas é importante que esse lugar seja uma possibilidade de escolha e um local de produção que viabilize mudanças estruturais e acolhimento psíquico da população preta. Muito do que utilizamos hoje em dia como referencial teórico, que não seja eurocêntrico, vem da produção de corpos pretos nesses espaços de produção de conhecimentos acadêmicos; vide Neusa Santos, Virgínia Bicudo, Frantz Fanon.

Desta forma, esse processo de ocupar a academia, e produzir um saber sobre si e sobre os seus é uma forma de contrapor o eurocentrismo e os discursos racistas totalizantes.

De um modo geral, a educação formal para a população negra, e incluiu também a indígena, foi negada ou oferecida de uma forma limitada, desinvestida e violenta, que produzia de forma massiva a perspectiva da inferioridade racial.

O acesso à educação formal é uma arma poderosa para a construção de fecundas rachaduras no sistema, mas que se mantém majoritariamente na mão de quem impõe os grilhões. Ou seja, de quem escravizou, segregou e sempre matou. (WOODSON, 2021). Na mesma medida, constrói uma estrutura que impede a entrada, dificulta a permanência, e os sujeitos que conseguirem estar nesse espaço, são transformados em reprodutores num horizonte de inferioridade. Uma vez que, balizado pelo branco, o negro está sempre em falta e terá que correr atrás de tentar pagar essa dívida da marca da cor e reiterar os acordes do dito pelo branco, como se fossem a sua própria melodia. E isto, nos retoma novamente a uma pergunta do capítulo 4, *o que o negro vai fazer com o saber e o modo de fazer do branco?*

Acredito que tenham muitos caminhos possíveis para essa resposta; todavia, é na diáde seguinte que me oriento. Vejo o ensino superior como uma ponte para acesso a lugares outros, bem como a produção de saberes nos mais diversos campos e até para a esfera pública, mas incito que seja realizado de uma forma crítica, analisando o que está produzindo e sendo produzido. Caso contrário, troca-se um grilhão pelo outro. Muda-se apenas a forma de escravização, de colonização. Noutra medida, a fala de Nego Bispo, no vídeo ‘Memória e Aprendizado Quilombola’, expõe uma perspectiva muito cara, ao relatar que foi ensinado pelos seus mais velhos a conhecer o saber do colonialista, a analisar e entender o seu pensamento, não para que absorvesse ou tentasse mudá-lo, mas para impedir que as forças da colonização o mudassem. O que caminha em consonância ao pensamento de Garvey (2017) e Fanon (2017), que orientam esquadrihar e adquirir conhecimento, a reconhecer o seu poder e empregá-lo. Conhecer o mundo em que está inserido e os passos que vieram antes disto, os mecanismos de amarração e como podem ressoar.

Investir em um processo de rompimento com as amarras coloniais é investir em um

movimento de retorno ancestral, de um encontro com a sua negritude, com as memórias, com os saberes coletivos, com a sua própria imagem. É preciso resgatar-se como africano, como africano em diáspora, criar outras referências, outros métodos, forjar um discurso sobre si partindo desse corpo negro, pautando em margens negras, com ferramentas próprias, ecoando as demais vozes negras que o constitui. E é deste lugar, que a escrevivência ganha corpo como metodologia de pesquisa para este trabalho, pois é um conceito metodológico possível para absorver toda essa potência.

Não há como esperar que a branquitude rompa com o poder e os privilégios que esse sistema de subjugação racial oferece. Todo o maquinário social e econômico é alicerçado no panorama de subjugação racial. E aos brancos que se sentirem provocados e tocados pelas dores produzidas no racismo estrutural, podem e devem ser aliados na luta antirracista; mas entendendo que a maioria dos seus semelhantes não possuem nenhum interesse em abrir mão das benesses provenientes desse sistema, mesmo que isso seja garantido através de sangue e morte, literalmente. ““Só existe uma maneira de ser independente. Só existe uma maneira de ser livre. Não é algo que alguém vai dar a você. É algo que você agarra””. (X. 2017. p. 206).

Nesta medida, os movimentos que se desdobraram nos últimos anos no IPSI trazem os reflexos de uma produção não colonizada, que não foi dada, mas conquistada. Uma produção sobre o olhar para os sujeitos e para o sistema. A entrada dos estudantes cotistas fez um marco nas relações e produção de saber no Instituto. O que localizo que começou a borbulhar pelos corredores, se agrupou na ocupação preta, se fermentou nas reuniões de colegiado para a aprovação das ações afirmativas na pós-graduação, desnudando o racismo estrutural e institucional no Instituto de Psicologia, e se derramou na construção do movimento da Semana da Psicologia Preta e Indígena, que ao evidenciar outros olhares para o saber psi e outras configurações de sujeito, escancara o racismo epistemológico e questiona o status quo.

É um movimento que trouxe reflexões, embates, e tensões que culminaram em rupturas com modos enraizados, institucionalizados e ajudou a evidenciar o racismo presente nessa estrutura, nos sujeitos e na construção do saber Psi. As Semanas regaram os questionamentos dos estudantes, trouxeram ponderações e impeliram movimentações nas relações dentro do Instituto. Aparecendo em conteúdo nas aulas, nas discussões pelos corredores, no acréscimo da questão racial em pesquisas, partindo da fala e do agenciamento de pessoas negras. As movimentações alcançaram outros *campis*. Houve um intercâmbio com universidades no Rio e demais estados brasileiros, dividimos e ajudamos a construir Semanas Pretas em outros locais.

É importante evidenciar que a Semana de Psicologia Preta e Indígena é um evento não

oficial da universidade, organizada por pessoas pretas, que agenciam diferentes saberes, forjam novas ferramentas, metodologias e inauguram narrativas Psi da intelectualidade preta. Contraponto a reprodução racista alienante e se apropriando de um discurso sobre si.

Sendo algo em construção e reconstrução, em movimento; pós pandemia não sei ao certo quais desdobramentos terá, ou se sua colaboração foi justamente a de capitalizar e empurrar aberturas naquele momento e que talvez não encontre mais sentido adiante. Mas, o que sei é que a Universidade, tal como entrei em 2013, se apresenta com diferenças significativas. Não entendo que sejam de caráter definitivo, é uma edificação contínua. Ainda existem tensões, a estrutura empurra a um fechamento dos furos criados. Apesar disto, não creio que tenha como retornar à posição anterior, as perfurações já foram criadas, as rachaduras estão aí e encontram coros coletivos.

A raça, como questão racial, tem chegado hoje às universidades como placas tectônicas em movimento, provocando abalos, alterando as condições de pensamento de tudo o que está ao redor e fazendo aparecer os efeitos das falhas (ausências e presenças) sobre as quais as sociedades modernas, os valores euroamericanos e o sistema capitalista estão apoiados. Nós, intelectuais negras/os, vivemos esses abalos como o momento de renovação do pensamento trazida com as políticas de ações afirmativas e o ingresso dos povos afrodiaspóricos e pindorâmicos nos cursos de graduação e pós-graduação, nas universidades brasileira.(OLIVEIRA & SANTOS, 2021, p. 251).

Referências Bibliográficas

ALVES, T. 2020. Disponível em: < https://medium.com/@thaynalves_83546/eu-sou-uma-gota-de-sangue-no-oceano-d42db7e3b766.

Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 70 (no.spe.). 2018. MBEMBE, A. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 pv

BEZERRA DA SILVA. **Eu sou Favela**. Rio de Janeiro: Sony BMG Music. 1992. 3:25 min.

BORGES, R. Escrivências em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. **In. Escritas de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**/ org Constança Lima Duarte, Isabella rosado Nunes. 1 ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 182-205.

BRUNO, J. S. **(INTER)AÇÕES AFIRMATIVAS: Racismo epistêmico e decolonização epistemológica na formação docente**. 2018. IV Congresso Internacional sobre Culturas, memória e sensibilidade. Disponível em < <https://www3.ufrb.edu.br/eventos/4congressoculturas/wp-content/uploads/sites/19/2019/03/BRUNO-Jessica-Santana.pdf>.

CÁRDENAS, T. **Cachorro Velho**; tradução Joana Angélica D'Avila Melo. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

CARDOSO, A. A. **Um rio de memórias, experiências e vivências: Guerrilha do Araguaia**. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Psicologia na Universidade Federal Fluminense. 2018.

CARNEIRO, S. **Ciência e racismos**. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=gBYk4ePmS6s>

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e Política**. Tradução Hecy Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DIMENSTEIN, M. **A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde**. Estudos de Psicologia 2000, 5(1). p. 95-121.

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo 12 (23) • 2007. p.100-122.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Espaço Aberto **Rev. Bras. Educ.** (29) Ago 2005. p. 164-176.

EMICIDA. **AmarElo**. São Paulo: Laboratório Fantasma. 2019. 8: 54 min

EMICIDA. **Mandume**. São Paulo: Sony Music. 2018. 10:53 min

EVARISTO, C. **Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

EVARISTO, C. **A Escrivência e seus subtextos. In Escrivência a escrita de nós : reflexos sobre a obra de Conceição Evaristo** / organização Constância Lima Duarte e Isabella Rosado Nunes. 1 ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020

EVARISTO, C. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1. 4.

GARIGHAN, G. **Epistemicídio e o apagamento estrutural do conhecimento africano**. 2021. DISPONÍVEL EM < <https://www.ufrgs.br/jornal/epistemicidio-e-o-apagamento-estrutural-do-conhecimento-africano/>

GARVEY, M. M. **Procure por mim na tempestade**. Ed. São Paulo: CFMG, 2017.

G. R. E. S. Estação Primeira de Mangueira. **100 anos de liberdade, realidade ou ilusão**. Rio de Janeiro. UMG: 1988. 5min

IBGE (2021) disponível < <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros>

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: diário de uma Favelada**. 10 ed. São Paulo: Ática. 2014.

JESUS, C. M. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro. Nova fronteira. 1986.

JHONY MC. **Negro**. Rio de Janeiro: ONErpm. 2020. 3:54 min

JORGE ARAGÃO. **Identidade**. Rio de Janeiro: Indie Records. 3:54 min

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LARKIN NASCIMENTO, E. **O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. 1 ed. São Paulo. Selo Negro. 2003

LARKIN NASCIMENTO, E. **O Sortilégio da Cor: Identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro. 2003.

LEAFRO – Laboratório de Cultura e Estudos Afro-brasileiros, projeto da Universidade Estadual de Londrina. **Questão etnicorracial: uma problematização sobre a lei 10.639/03 e seus desdobramentos** DISPONÍVEL EM < <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/PRIMEIRO%20TEXT0.PDF>

LIMA, F. **Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos hrrda subjetividade na encruzilhada**. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 72 (no.spe.). 2020. p. 80-93.

LIMA, F. **Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe.**

LUZ, M. A, **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira.** Salvador: Centro. Editorial e Didático da UFBA, Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, 2000.

MC TH. **Escola Proibida.** Rio de Janeiro. Gufo Records: 2018. 2.44 min

MBEMBE, A. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p

MENDES PEREIRA, A. **Do Movimento Negro À cultura de Consciência Negra.** Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

MONTEIRO, A. C. L **As emoções como processos mentais: subjetividade, corpo, emoções e afetos.** In Processos Psicológicos: perspectivas situadas. Organização Ana Claudia Lima Monteiro. 1 ed. Rio de Janeiro. Eduff. 2020.

MOORE, C. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo.** Belo Horizonte : Mazza Edições. 2007.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos.** São Paulo. Ática, 1988.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1978

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo.** 2. Ed. Rio de Janeiro. Fundação Palmares/OR Editor produtor. 2002.

NASCIMENTO, B. documentário **O negro da senzala ao soul** DISPONÍVEL em <
<https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A>

NOBLES, W. **Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado.** In: NASCIMENTO, Elisa. (Org.) *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 277-298.

OLIVEIRA, L. R; SANTOS, A. O. **O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia.** Revista espaço acadêmico- n 277, mar./abr. 2021. p. 250-260

ONG Reporter Brasil. Disponível em <
<https://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/>

PARRAT-DAYAN, S. **Educação infantil e perspectiva construtivista.** *Psicol. educ.* [online]. 2010, n.30, pp. 127-146. ISSN 1414-6975.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1950), **O negro no Brasil e um exame de consciência.** In: NASCIMENTO, Abdias *et al. Relações de raça no Brasil* Rio de Janeiro, Quilombo.

RELATÓRIO oficial sobre a “**Desigualdade Sociais por Cor ou Raça no Brasil (2018)**”, disponível em <
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.

SCHUWARCZ, L. K. M. **Usos e Abusos da mestiçagem e da Raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. Afro-Ásia, 18 (1996). p.77-10.

SCHUWARCZ, L. K. M. **Questões de Fronteira: sobre uma antropologia da história**. Novos Estud. CEBRAP (72). 2004. p.119-135.

SILVA, E.C.A. **Povos Indígenas e o Direito à Terra na Realidade Brasileira**. Serviço social & Sociedade p 480-500. 2018.

SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SPRANDREL, M. A. **Vou pra Rua e Bebo a Tempestade: observações sobre os dissabores do guarda-chuva do tráfico de pessoas no Brasil**. Cadernos Pagu (47). 2016.e16479 ISSN 1809-4449

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**[online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311

UERJ disponível em < <https://www.uerj.br/inclusao-e-permanencia/sistema-de-cotas/>

WOODSON, C. G. **A Deseducação do Negro**. São Paulo: Edipro, 2021.

X, M. **Malcolm X Fala**; organizado por George Breitman; traduzido por Marilene Felinto; apresentação de Preta Ferreira. São Paulo: UBU Editora, 2021.